



***A Real Fábrica de Panos,* um marco histórico na paisagem industrial e cultural da Covilhã**

ELISA CALADO PINHEIRO

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

Neste ensaio, confere-se a importância da edificação da Real Fábrica de Panos, contextualizando-a no âmbito da política manufatureira pombalina e dá-se a conhecer a planta de localização de três dos seus vários pisões, considerando-se que a mesma contribuiu decisivamente para estruturar o modelo de desenvolvimento económico de mono-indústria e notando a sua capacidade de polarização e de impacto na história covilhanense. Uma primeira versão deste texto foi apresentado na conferência proferida, sob o mesmo título, no Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, em 26 de Junho de 2014, no âmbito do programa das *Comemorações dos 250 anos da Real Fábrica de Panos*, levadas a efeito por esta instituição, tendo, posteriormente, servido de base à conferência proferida, em 25 de março de 2015, na Academia das Ciências (Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Prof. Doutor Adriano Moreira), no âmbito do programa subordinado ao tema "*Reais Fábricas*".

PALAVRAS-CHAVE

Real Fábrica de Panos; Conde da Ericeira; Marquês de Pombal; política mercantilista; história da indústria; Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

ABSTRACT

In this essay, the importance of the Real Fábrica de Panos erection is contextualized in the scope of the Pombaline manufacturing policy and the plant for locating three of its various fulling mills is revealed, considering that It contributed decisively to structuring the model of economic development of mono-industry and noting the polarization and the impact in the history of Covilhã. A first version of this text was presented under the same title at the Wool Museum of the University of Beira Interior on June 26, 2014, within the framework of the program of the 250th Anniversary Commemorations of the Real Fábrica de Panos by the institution, and later served as the basis for the conference given on March 25, 2015, at the Academy of Sciences (Institute for Academic Studies for Seniors, Prof. Adriano Moreira), under the program on "Royal Factories".

KEYWORDS

Royal Cloth Factory; Marquis of Pombal; Mercantilist policy; Count of Ericeira; Wool industry; Wool Museum of the University of Beira Interior.

INTRODUÇÃO

É hoje possível acompanhar o percurso da Real Fábrica de Panos da Covilhã, enquanto manufatura de Estado, desde a data da sua fundação, em 1764, até 1885, quando passou a incorporar novos usos que a acompanharam até à atualidade. A preservação de um conjunto significativo de fontes primárias e a publicação de um volumoso *corpus* documental, aliados à identificação e musealização das fontes materiais preservadas *in situ*, fariam prever a existência de diversos estudos sobre a mesma, atendendo à importância histórica e patrimonial das evidências que subsistiram desta instituição, como ao interesse em clarificar as sucessivas ocupações do imóvel, ao longo dos últimos 132 anos da sua existência. Às fontes manuscritas dispersas por diversos arquivos nacionais, regionais e locais, nomeadamente, o da Torre do Tombo, o do Ministério das Obras Públicas, o do Tribunal de Contas, o Distrital de Castelo Branco e o Municipal da Covilhã, alia-se a publicação, empreendida por Luís Fernando Carvalho Dias, de um elevado número de processos e de documentos avulsos referentes às mais diversas informações referentes a esta manufatura real, particularmente, os reportados à Junta do Comércio, constituindo a mesma uma das obras de referência deste erudito investigador covilhanense (Dias 1958-1974). Esta obra começou por ser publicada na revista *Lanifícios*, a partir de 1956 (nº 81, setembro) e constitui uma publicação de referência para o estudo da indústria de lanifícios nacional. Para além da Covilhã e de

Portalegre, outras localidades alentejanas e do centro do país encontram aí diversos documentos transcritos sobre aquela temática. Foi antecedida pela publicação, na mesma revista, de outras obras do mesmo autor e diversos documentos sobre a indústria de lanifícios que deixamos na bibliografia.

No âmbito da musealização deste espaço, na origem do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, foram publicados um roteiro, acessível no respetivo sítio e um catálogo (Pinheiro 1998). Deve, igualmente, salientar-se, a análise aprofundada realizada por Ana M. Cardoso de Matos, no âmbito da sua tese de doutoramento, à documentação publicada por Luís Fernando de Carvalho Dias, referente à Real Fábrica de Portalegre e à Real Fábrica de Panos da Covilhã (Matos 1998). Mais recentemente, José Lopes Aleixo publicou o estudo desenvolvido no âmbito da sua tese de mestrado visando a análise e o enquadramento arquitetónico do complexo edificado da manufatura covilhanense (Aleixo 2011). Merecem ainda uma especial referência, no domínio da história da indústria e do inventário do património industrial da Beira Interior, alguns dos capítulos da obra publicada no contexto do projeto *Rota da Lã TRANSLANA*, um projeto comunitário desenvolvido pelo Museu de Lanifícios da UBI em dois volumes (Pinheiro 2008) e (Pinheiro 2009). No primeiro destes, realça-se a introdução e o capítulo “Evolução histórica da indústria de lanifícios em Portugal. O caso da Beira Interior - abordagem genérica”, pp. 217-317. No segundo, assinalamos o capítulo “Património industrial dos distritos de Castelo Branco e Guarda”, pp. 480-872.

Ao longo dos 250 anos da existência da Real Fábrica de Panos, comemorados em 26 de Junho de 2014, o complexo industrial pombalino sofreu vicissitudes várias. De estabelecimento fabril, durante 121 anos, viria, após a extinção desta atividade, a ser cedido, em 1885, por mais 71 anos, para instalação, inicialmente, do Regimento de Infantaria 21 e, por fim, do Batalhão de Caçadores 2. A partir de 1973, o complexo edificado foi cedido, pela Câmara Municipal da Covilhã, para instalação do Instituto Politécnico nesta cidade.

Aquando das obras de remodelação do imóvel, foi posto a descoberto “um conjunto de fornalhas e poços cilíndricos” que, em 1982, justificou a classificação da área das antigas tinturarias da Real Fábrica como *Imóvel de Interesse Público* (Dec. n.º 28/82, de 26 de Fevereiro). Este processo contribuí decisivamente para a criação do primeiro núcleo do *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, instituído em 1989 (Despacho Reitoral 12/89) e inaugurado em 30 de Abril de 1992. Todavia, só em 30 de Abril de 1996 viria a ser aberto ao público, em regime normalizado.

Quando, como na atualidade, se questiona tão vivamente o papel do Estado na sociedade e na vida dos cidadãos portugueses, impõe-se revisitar o passado para avaliar o impacto socioeconómico de algumas das intervenções estatais no domínio da política económica, tanto a nível nacional como regional e local. Procurando acompanhar este longo processo e contribuir para o debate sobre a questão atrás enunciada, abordarei, seguidamente, se bem que de uma forma muito sucinta, o impacto da Real Fábrica de Panos na história covilhanense, ao longo do período em causa.

ANTECEDENTES

O primeiro documento régio de enquadramento normativo à indústria de lanifícios, o *Regimento da Fábrica dos Panos* ou *Regimento dos Trapeiros*, foi promulgado, em 1573, por D. Sebastião e irá acompanhar o desenvolvimento desta indústria até ao período da ocupação filipina. Após a Restauração da independência, D. Pedro II viria a desenvolver um conjunto de iniciativas visando o relançamento da indústria nacional, com impacto direto nos lanifícios covilhanenses, igualmente enquadradas pelo referido Regimento. Em 1677, foi fundada, por D. Pedro II, na Covilhã, uma manufatura régia dotada de pisão, tinte e prensa, para a qual foi proposta a designação de *Fábrica de Sarjas e Baetas do Conde da Ericeira* e que chegou até nós identificada pelo topónimo de *Fábrica Velha*, na ribeira da Carpinteira, que por esse facto passou a ser conhecida por *ribeira da Fábrica*. Diversas evidências de campo desta primeira manufatura subsistem na área ocupada pelo complexo industrial da *Fábrica Campos Melo & Irmão*. Em 7 de Janeiro de 1690, D. Pedro II confirma o *Regimento de Panos* de 1573, acrescentando-lhe mais onze artigos. Esta ampliação (capítulos XCVII a CVII), como refere Carvalho Dias, nas suas "Notas e Comentários", incide sobre "*a intensificação da fiscalização no fabrico dos lanifícios «para prover como cumpre ao bem dos meus vassallos e dar ordem como a fábrica dos panos se estabeleça com maior perfeição e verdade»*", segundo se lê nos Considerandos iniciais do regimento de 1690" (Dias, 1951b: 148). Conforme se declara no preâmbulo do novo documento, visava-se aperfeiçoar a produção nacional e limitar a importação de tecidos do estrangeiro, que já tinham sido proibidos pelo alvará de 9 de agosto de 1686:

" (...) que os panos, que neles obram, sejam feitos na conta, e perfeição, que devem ter, por evitar os enganos, e falsidades, com que até agora se faziam, em menos crédito, e reputação da fábrica deles, ao qual prejuízo sou obrigado acudir com maior razão no tempo presente, em que sou servido proibir o uso dos panos estrangeiros (...)" (Dias 1950: 9-10).

139

A publicação desta lei orgânica pretendia incentivar a qualidade da produção, através de uma minuciosa e exaustiva regulamentação de todas as operações de transformação, prescrevendo para cada incumprimento a respetiva pena. As multas eram significativamente pesadas, sendo aplicadas pelos "vedores" dos panos. Estes eram eleitos por três anos, na presença do corregedor da Comarca, por "*fabricantes, mercadores e pessoas que costumam fazer panos para vender*", situação que conferia ao cargo uma elevada autoridade e dignidade (Dias 1951a: 104-106).

A concretização, na Covilhã, deste projeto de política económica mercantilista, implicou o estabelecimento de um contrato de concessão monopolista promovido pela coroa, em 1677, envolvendo os cristãos-novos covilhanenses André Nunes e Jorge Fróis e o capitão Luís Romão de Sinel, natural de Lisboa, mas residente na Covilhã. Viria a ser pessoalmente acompanhado por D. Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira (1632-1690) e Vedor da Fazenda, desde 1675 (Serrão vol. III 1968: 26-28). Com a finalidade de limitar a importação de tecidos ingleses, o Conde da Ericeira apostou na introdução de um conjunto de novas técnicas no domínio da fiação e da tecelagem visando a melhoria da qualidade da produção nacional. Para o efeito, foram contratados, na Irlanda, onze

artesãos, de entre estambradores, tecelões e fiandeiras, com a finalidade de introduzir os novos processos na manufatura criada Covilhã (Pinheiro 1998: 48-52). O contrato viria a terminar abruptamente, em 1703, pela conjugação de um conjunto de fatores adversos que, na primeira metade do séc. XVIII, irão incidir sobre o incipiente modelo de desenvolvimento industrial iniciado na Covilhã. Para além das repercussões diretas do Tratado de *Methuen*, celebrado com Inglaterra, nesta mesma data, devido à abertura de portas à concorrência estrangeira, terá sido a Inquisição a dar o golpe fatal no novo empreendimento industrial covilhanense. Irá abater-se com extrema violência sobre as principais famílias de cristãos-novos ligados ao trato dos tecidos, como é o caso das perseguições aos Fróis Nunes e aos Ferreira, estes últimos, igualmente, paneiros e concorrentes dos primeiros, mas já com ligações familiares ao comércio brasileiro. Em 17 de Abril de 1703, a Inquisição recai sobre Jorge Fróis Nunes, então solteiro, obrigando-o a apresentar-se. Era filho de Jorge Fróis e Maria Henriques, que já tinham sido presos e sentenciados por judaizarem. Quanto a Álvaro Henriques Ferreira, igualmente filho de cristãos novos sentenciados, em 26 de fevereiro de 1704, foi preso e os seus bens sequestrados (ANTT.IL, Processo 5.334). O conflito entre estas duas famílias foi determinante nas perseguições então movidas pela Inquisição aos cristãos-novos da Covilhã. É de salientar que, entre 1700 e 1705, foram encarcerados pela Inquisição 18 negociantes da Covilhã (Rodrigues e Mendes 1999: 153). Apesar dos resultados, igualmente, negativos da aliança realizada com os Estados Gerais das Províncias Unidas, aquando da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714), que levava o monarca português a conceder livre comércio aos panos de lã holandeses, esta última situação não terá tido as repercussões adversas que se adivinhavam na indústria local, uma vez que, D. João V, abraçando a estratégia de proteção dos panos nacionais, logo no início do seu reinado (1707-1750), estabeleceu com os paneiros da Covilhã o contrato de fornecimento dos fardamentos para o exército, em regime de monopólio a partir de 1710. Assim, particularmente durante esta guerra, as fábricas da Covilhã vestiram as tropas nacionais, tendo a produção sido considerada de superior qualidade comparativamente à importada.

Em 1719, D. João V irá confirmar a António Fróis Nunes, neto de Jorge Fróis, o contrato de concessão celebrado em 1677, com este e demais sócios (ANTT, Chancelaria de D. João V, Lº 125, fls.175 v). Após esta iniciativa, sucederam, na exploração daquela unidade e como novos ocupantes do imóvel, os Castro, os Raposo e os Nunes de Sousa, até que, em 1845, no mesmo local, viria a ser fundada a carismática fábrica que descrevemos noutra parte "Campos Melo & Irmão" (Pinheiro 2009: 553-554). Em 1734, o Padre Manuel Cabral de Pina faz menção ao fornecimento dos fardamentos para o exército, aos paneiros da Covilhã, descrevendo, a propósito, o seguinte quadro da indústria local:

“Há nesta Vila o contrato dos panos, donde vão para todo o Reino, e para a vestimenta dos soldados e uma das cousas notáveis deste Povo. Para este contrato há 65 teares, que ocupam 130 pessoas, 15 pisões nas duas ribeiras, que ocupam mais de 60 pessoas, 14 tendas de prensar e tosar, que ocupam 50 pessoas, 8 tintes de varias cores, e dous mais de azul de dornas. Estes tintes de cores tem hoje menos uso depois que El-Rei ordenou fosse a dita vestimenta somente de cor branca. Tem mais El-Rei na Ribeira da

Carpinteira uma fabrica sua com pisão, tinte, e prensa que ocupará vinte pessoas. Os oficiais de carda, e mulheres, que fiam a lã são inumeráveis”.

A fábrica real de acabamento de tecidos, localizada na ribeira da Carpinteira, era a anteriormente concessionada a António Fróis Nunes (Dias 1962: 51). O manuscrito do Padre Pina Cabral viria a ser publicado no jornal e serviu de base à publicação de *Subsídios para a Monographia da Covilhan*, Artur de Moura QUINTELA em 1899. Na revista *Lanifícios* foi, igualmente, publicado um estudo, sobre as diversas publicações deste documento (P.N.A.A. 1962: 189-228)

O trabalho de cardar, fiar e tecer era então ainda exclusivamente manual, realizando-se nas casas e oficinas da vila e arredores e envolvia praticamente toda a população. Era o tempo que deu corpo ao aforismo popular então corrente: *“Se os filhos de Adão pecaram os da Covilhã sempre [todos] cardaram* (DIAS, 1958:35-48). Poucos trabalhavam por conta própria, cabendo aos negociantes, frequentemente cristãos-novos, a compra da lã que, seguidamente, distribuíam pelas casas dos cardadores, das fiandeiras, dos tecelões e pelas especializadas oficinas artesanais, as tendas, os pisões e os tintes, acompanhando as fases sequenciais do processo de produção.

Nas vésperas da intervenção pombalina, em 1758, a Covilhã com uma população de cerca de 5.000 habitantes, é descrita do seguinte modo:

“ 3. Consta esta Vila e seus Subúrbios de mil e duzentas e trinta e oito vizinhos ao presente, e de três mil setecentos vinte e seis pessoas de maior idade; e de menor idade quinhentas e trinta e sete, alem dos que ainda não andam em rois de confessados.

141

4. Está situada em hum Monte grande braço, que desce da Serra da Estrela, virada ao nascente, e ao Sul, entre duas Ribeiras, que também nascem e descem da mesma serra com abundancia de águas, de que se usa para regadias depois que saem dos sítios em que servem para andarem moinhos, azenhas, pisões e lagares de azeite, e as mesmas Ribeiras povoadas de casas de tintes e prensas, e por isto se chamam fabricas de panos e baetas” (ANTT, *Dicionario Geografico de Portugal*, Ms. Tomo 12, fls. 3.087)

Aproximadamente do mesmo período, uma das diversas memórias então elaboradas estimava o número de fogos num total de 954, montante a que corresponderá o número aproximado de 3.481 habitantes. Depois do enquadramento geográfico e de uma descrição pormenorizada da vila, com a identificação dos monumentos mais importantes, apresenta-se o seguinte panorama da indústria local:

“(...) ainda existem a trabalhar 14 pisões na Ribeira da parte do Sul em que se acomodam trabalhando mais de 70 oficiais, cinco oficinas de tingir e em duas destas há quatro dornas somente para a tinta azul com pastel, que é de todas a mais segura e perdurável. No mesmo sítio se veem 4 demolidas, deputadas (sic) [reputadas] para

o mesmo exercício; trabalham mais dezasseis oficinas ou tendas de tosar e prensar, com 42 oficiais; em uma não há este exercício; e 4 se acham demolidas.

Na Ribeira da Carpinteira da parte do Norte, está uma grande casa, a que chamam a Fábrica d'El-Rei, tanto por ser direito senhorio dela como porque o enfiteuta conserva nela três dornas de tingir azul de pastel e nas caldeiras todas as mais cores de experiência à imitação das que vêm de fora. Toda a tinta neste sítio é a mais singular ou pelo benefício das águas que correm mais limpas e claras, ou por mais e mais rápidas ou por naquela se não cortam, nem viciam os materiais precisos para a graça e segurança das cores; e esta me parece ser a mais certa; (...) Pouco mais superior há um pisão com duas perchas, em que trabalham efectivamente 5 oficiais; e uma tenda de tosar, e prensar, em que trabalham 4 oficiais; e por concorrerem a esta mais panos e baetas, atualmente trabalham 18 pessoas. Faz o enfiteuta de despesa em lenhas, cada um ano, mais de 500\$000 rs". (Dias 1958: 35-48 e 393-394).

Relativamente ao número de operários a laborar na Covilhã, salienta-se no mesmo documento o seguinte:

" As pessoas que se entretêm no trato e contrato dos panos, se não pode ao certo nomear, porque são poucas as casas dos nacionais em que não hajam obradores de lã, uns com cabedais próprios; e outros sem eles (...) se diz, que se os filhos de Adão pecaram, os da Covilhã todos cardaram" (Dias 1958: 40).

Faz-se, igualmente, uma significativa referência à forte dicotomia verificada entre cristãos-novos e cristãos-velhos:

"(...) Nesta vila há duas parcialidades de traficantes de panos; uns que são cristãos novos e outros velhos: estes mais verdadeiros, e por isso de menos cabedais e menos em número; aqueles em mais número e de maior cabedal pelas falsidades e roubos que atualmente estão fazendo na manufactura, e labor dos mesmos panos; de que tem resultado perderem-se os créditos das ditas fábricas, em utilidade dos estrangeiros pelo consumo de suas fazendas.

(...) o que só o poderia ser com um novo estabelecimento, com crédito da Nação, e das mesmas fábricas, utilidade dos vassalos e do Real erário; mandando-se estabelecer na dita vila uma Companhia Geral, tanto para a compra de todas as lãs, como para o fabrico dos mesmos panos e todas as mais fazendas da lã." (Dias 1958: 42).

Ainda em 1758, e de acordo com orientações precisas de D. Luís da Cunha, terá sido estabelecida, na Covilhã, em inícios de Novembro, a primeira Mesa da Administração dos Fardamentos, que viria a ser constituída pelos seguintes membros, todos cristãos-velhos: Dr. Filipe de Macedo Castelo Branco, provedor, a quem passam a caber três votos; José de Figueiredo Frazão Castelo-Branco, escrivão; capitão Francisco Duardo da Silva Proença, tesoureiro; João Rodrigues de Figueiredo, procurador; os deputados, capitão Custódio Roiz da Cruz, alferes Pedro Fernandes Fortuna e Agostinho de Almeida, cabendo a cada um

deles um voto. Uma vez que quatro dos deputados foram eleitos pelos negociantes de panos, o sistema de votação estabelecido permitia ao poder central garantir algum controle sobre a nova organização (Dias 1958: 49-51). D. José I, por alvará de 11 de agosto de 1759, viria a reforçar e ampliar o anterior *Regimento da Fábrica de Panos*, de 1690, atendendo às sucessivas queixas dos fabricantes das comarcas da Guarda, Pinhel e Castelo Branco, face às consequências do monopólio dos assentistas arrematantes dos fardamentos, às fraudes denunciadas e à crise generalizada que então se verificaria (Dias 1958: 10-12). Institui formalmente a Mesa/Junta da Administração dos Fardamentos; protege os fabricantes locais dos assentistas, tendo mandado "*adiantar do Cofre dos mesmos fardamentos as somas competentes como antes se havia praticado com os assentistas; taxando os preços dos panos segundo as diferentes cores deles*" e cria o cargo de Superintendente e Juiz Conservador das Fábricas das Três Comarcas, nomeando, como primeiro titular, o bacharel Luís José Nunes Madeira, que então desempenhava o cargo de Juiz de Fora (Dias 1958: 14). Todavia, passados pouco mais de dois anos, em 6 de outubro de 1761, foi decretada, por Carta Régia, a devassa e o sequestro dos bens de Luís José Nunes Madeira, por ter exorbitado das suas funções (Dias 1958: 27-28). Ainda antes do final da década é regulamentado o mercado dos gados, estabelecendo os locais de venda, preços e quantitativos, bem como a eleição dos vedores dos panos, que coloca sob a alçada do Juiz Conservador, para além do preço e qualidade dos panos destinados aos fardamentos, tendo sido aprovado para o efeito os *dezochenos* (mil e oitocentos fios de urdidura) da mesma grossura, tecedura e boa *fábrica* do padrão, não podendo de modo algum ser alterados, ao preço estipulado de 480 rs o côvado (Dias 1962: 201 e 335). A dita Mesa virá a ser extinta pela Real Resolução de 26 de junho de 1764, que cria a Real Fábrica de Panos da Covilhã, tendo a Junta do Comércio passado a assumir as funções que aquela, até então, desempenhava (Dias 1958: 31).

Desde finais da década de 50, Paulino André Lombardi, o futuro administrador da Real Fábrica de Panos, integrava, na Covilhã, a Mesa da Administração dos Fardamentos. Em 1760, de acordo com a relação dos panos arrolados pelos avaliadores nomeados pela Mesa da Administração dos Fardamentos, por conta da Real Fazenda, terão sido produzidas, por 166 fabricantes da Covilhã, 1.592 peças de pano, num total de 63.680 côvados, tendo o seu valor atingido os 28.841\$000 rs (Dias 1958: 18-22). Todavia, a relação dos panos considerados necessários para providenciar o fardamento inteiro das tropas do Reino foi estimada em 136.750 côvados (Dias 1958: 22-24). A produção covilhanense estava longe de poder suprir as necessidades, se se mantivessem os constrangimentos aqui existentes.

Num outro estudo elaborado com a finalidade de fundamentar a instalação da nova fábrica na Covilhã, a despesa anual de uma fábrica de panos superfinos era estimada em 36.791\$625 rs. Neste valor, encontravam-se: incluídos os vencimentos anuais dos mestres, oficiais e aprendizes; e os custos dos materiais e ingredientes e dos aparelhos e instrumentos. De igual modo, estimava-se a produção anual decorrente da laboração dos 15 teares, instalados para este fim na Covilhã, em 675 peças de panos superfinos, num total de 27.000 côvados, valor que de acordo com o preço de compra às fábricas inglesas importaria em 50.000\$000 rs. Subtraindo a este montante as despesas acima identificadas (36.791\$625) obtinha-se o valor de 13.208\$375, estimativa considerada

provável de um futuro investimento, que viria a render um lucro de 30%, quando o lucro industrial na Europa renderia cerca de 20% (Dias 1962: 218).

Os *Inquéritos industriais pombalinos*, realizados na segunda metade do século XVIII, vieram preparar o campo para a aplicação de uma política estatal intervencionista. Reportados à província da Beira, permitem-nos constatar que o fabrico de panos, buréis e baetas se encontrava disseminado pela região da Serra da Estrela, distinguindo-se já as localidades da Covilhã, Manteigas, Belmonte, Guarda, Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, e também por Sabugal, S. Vicente da Beira, Pinhel e Castelo Branco, bem como pela província do Alentejo. A lã utilizada era maioritariamente proveniente desta última província, sendo ainda adquirida na Província de Castela. Cada tear produziria então dois a três panos por semana (Dias 1958: 53-58).

Na Covilhã, fabricavam-se genericamente panos *desochenos* de 40 côvados (de mil e oitocentos fios e seis palmos de largura, incorporando cerca de quatro arrobas de lã) e *quatrozenos* (de mil e quatrocentos fios e cinco palmos de largura, consumindo cerca de três arrobas de lã), para além do fabrico de baetões. Em diversas freguesias do concelho, como Orjais, Aldeia da Ribeira e Aldeia de Mato, eram fabricados panos e no Teixoso produziam-se baetas. Ainda de acordo com os referidos inquéritos, era frequente, nesta época, os oficiais cardadores e tecelões das principais manufaturas da Covilhã e de Manteigas procurarem trabalho nas fábricas de Castela, quando escasseava na região. De acordo com o estudo elaborado por João Rodrigues da Silva, o sistema de fabrico tradicional da Covilhã, ainda em vigor em 1803, podia ser caracterizado nos seguintes termos:

"Chamam-se fabricas uns agregados de oficinas, aonde a lã entra em rama e sai convertida em tecido ultimado. Chamam-se fabricantes a todos os que se propõem fazer tecidos em branco, para os vender neste estado, depois do pisão. Estes fabricantes não tem oficinas suas e, à excepção duma ou de outra operação, todas as mais se fazem em oficinas dispersas, que cada um levanta para negócio. As manufaturas destes fabricantes que designo com o nome de fabrico volante, são mais imperfeitas. Acabam-se nas mãos do mercador, aonde, pelas fraudes, adquirem o descrédito das Fábricas, por entrar tudo na denominação geral de manufaturas da Covilhã" (Silva 1955: 355).

O mesmo autor explicava as razões desta situação, decorrente de profundas clivagens sociais, do seguinte modo:

"(...) Em Covilhã há dois partidos, um é o dos fabricantes, outro o dos mercadores. A compra dos fardamentos é toda feita aos fabricantes e como estes são os que, procuradores voluntários, figuram lesados e oprimidos, sejam eles perguntados se querem que a Fábrica faça o tecido de fardamento e a resposta será o Juiz da causa (...) " (Silva 1955: 390).

E a resposta a esta questão só poderia ter sido afirmativa, tantas eram as queixas dos fabricantes relativamente aos mercadores assentistas. A acumulação de capital pelos assentistas e a contratação à tarefa das diversas operações da cadeia de produção dos fardamentos aos artesãos locais contribuiu para a formatação do modelo de desenvolvimento industrial da Covilhã, assente na segmentação do processo industrial e na consequente pulverização empresarial, tendo contribuído ainda para o disseminar no território. Esta situação acabou por fortalecer a centralidade da mesma, a nível regional, transformando-a num polo aglutinador das diversas localidades que, na "corda da serra", vieram a especializar-se na produção dos lanifícios.

A POLÍTICA ECONÓMICA POMBALINA

As linhas mestras da política de fomento industrial preconizadas pelo Marquês de Pombal, irão ser explanadas pelo próprio, num extenso documento de balanço da sua intervenção neste domínio, que importa realçar (Dias 1962: 339). Inspirado pelas orientações presentes no testamento político do *Cardeal Richelieu*, que aconselhara Luís XIV, com a finalidade de enriquecer os seus vassallos ricos e tornar poderoso o seu Reino, *"a estabelecer nele a indústria e o trabalho dos mesmos vassallos, assim no mar como na terra"*, bem como outros testamentos políticos, como o de João Baptista Colbert, salientando a importância da introdução das manufaturas no Reino.

No documento em análise, o Marquês de Pombal sublinha que, atendendo às consequências positivas da aplicação prática destas medidas, o monarca português, seguindo idêntico modelo, o incumbiu de o vir a aplicar em Portugal, revitalizando as fábricas já existentes e criando novas. Nesse sentido, considera que o primeiro setor para o efeito desenvolvido foi o da indústria dos lanifícios, *"que é a mais importante, porque pelo universal consumo dos seus tecidos absorvem as manufacturas de lã como esponjas a maior parte da substância dos povos"*. Com este objetivo e para suprir as necessidades existentes relativamente à produção de tecidos para os fardamentos das tropas, foram restauradas e engrandecidas *"as importantes fábricas da Covilhã, que achou amortecidas"*. Considera, igualmente, que daqui terá resultado a multiplicação de muitas outras fábricas de panos entrefinos e finos, de baetões e de baetas, pelas Províncias da Beira, do Alentejo e da Estremadura, situação que reporta ao final do ano anterior relativamente à data do documento em análise. Esta situação terá contribuído para fazer cessar a introdução dos panos e baetões ingleses, permitindo a retenção no Reino de *"numerosos mil réis e tinham com eles enriquecido muitos povos de Portugal e os habitantes deles"*. Enuncia, seguidamente, a segunda fábrica que instituiu, a das Sedas, apresentando os dados gerais referentes à evolução da mesma. Distingue, como terceira, a fábrica dos chapéus finos; como quarta, a das meias de seda; como quinta, a das caixas e diches de ouro, prata e tartaruga; como sexta, a dos vernizes finos e brilhantes; como sétima, a das bolas de jogo do taco, de pentes e de toda a espécie de obras de marfim; como oitava, a das rendas de seda crua, denominadas *belandas*, para ornamentos de vestuário masculino e feminino; como nona, a dos vidros cristalinos e vidros brancos para vidraça das janelas; como décima, a dos botões lisos e lavrados, de prata e de toda a variedade de metal e de vidro aberto ao buril; como décima primeira, a da louça fina, faiança, que refere ter começado na Praça do Rato [em Lisboa] e se difundiu para outras vilas e cidades do Reino; como duodécima, a da refinaria de açúcar; como décima terceira, a das obras de ferraria, serralharia e torno de ferro e metal, para a produção de equipamentos para as restantes indústrias, tendo-se iniciado, igualmente, na citada Praça do Rato e ainda em Pernes; como décima quarta, a da escola de desenho e de escultura de mármore, estabelecida na Casa do Risco, na Praça do Comércio, em Lisboa; como décima quinta a referente às obras de marcenaria e marchetaria, para aplicar às excelentes madeiras provenientes do Brasil a dinamizar o trabalho de entalhadores e marceneiros; como décima sétima, a das pescarias de Monte Gordo e das outras praias e costas do Reino do Algarve; como décima oitava, a das pescarias da baleia e do óleo de baleia nas armações

e laboratórios das costas do Brasil e Rio de Janeiro; por último, salienta a produção realizada no âmbito do Arsenal do Exército, como peças de artilharia, obuses, aprestos bélicos, selas, arreios, e tudo o mais necessário ao armamento do Exército desde as armas de Infantaria e Cavalaria à de Artilharia.

Para além de salientar as enormes vantagens obtidas através da introdução destas indústrias e da valorização das unidades existentes, refere ainda que nenhuma delas foi diretamente suportada pelo Erário Régio, tendo todas sido erigidas e mantidas através das contribuições provenientes da Junta do Comércio. Por último, considera ser pública a confirmação dos resultados positivos da política desenvolvida, verificada no âmbito da exposição de tantos e tão variados artigos de luxo e de primeira necessidade produzidos nas novas fábricas do reino, aquando da cerimónia de inauguração da estátua equestre na Praça do Comércio, em 6 de junho de 1775. Deste modo, o Marquês de Pombal demonstrava os elevados resultados alcançados no âmbito da política de fomento industrial que desenvolvera e que privilegiaram a Covilhã, no domínio da produção têxtil.

A CRIAÇÃO DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Fundada, em 1764, no reinado de D. José I, por intervenção direta do Marquês de Pombal, sob orientação da Junta do Comércio, a construção desta manufatura de Estado contribuiu decisivamente para estruturar os tecidos industrial e empresarial da Covilhã. Para além de ter motivado o alargamento do próprio tecido urbano, estendendo-o até às margens da ribeira da Goldra, que o margina a sul, pode considerar-se o verdadeiro motor do desenvolvimento da indústria local (Pinheiro 2009: 638-640 e Aleixo 2011: 77-147). A introdução de novas tecnologias, especialmente nos domínios da tinturaria, da tecelagem e dos acabamentos de tecidos, com uma evidente repercussão na melhoria da produção de toda a fileira, resultante da contratação, através da Junta do Comércio, de diversos mestres estrangeiros com a finalidade de introduzir na Real Fábrica as mais recentes inovações, contribuiu para moldar o próprio desenvolvimento económico que a cidade viria a assumir, desde finais do séc. XVIII até aos anos oitenta do séc. XX.

Em 18 de Maio 1761, a Junta do Comércio procede à contratação dos seguintes mestres para a Real Fábrica de Panos: Bernardo Rodriguez, tintureiro espanhol, que venceria um salário de 800 rs de ordenado fixo e 20 moedas de ajudas de custos; Jorge Disher, tosador e prensador, com 600 rs de ordenado e 32 rs de ajudas de custo; Henrique Banford, mestre tecelão e Thomaz Cord, mestre de serafinas e baetas, ambos com 300 rs de ordenado e 9 moedas de ajudas de custos, com a obrigação de ensinar os trabalhadores portugueses. Um jovem de 20 anos, que sabia falar inglês, filho de Bento Gonçalves Forte, foi igualmente contratado por 150 rs de ordenado e 24.000 rs de ajudas de custos, para assegurar a integração e maior rendimento dos conhecimentos dos mestres contratados (Dias 1958: 78-83). Neste ano de 1761, já se encontrava igualmente instalado na Covilhã Pedro Bray, mestre tecelão de panos e baetas e Henrique Banford, mestre tecelão, quando chegaram os seguintes mestres estrangeiros, sobretudo de proveniência irlandesa: Thomas Cord, mestre tecelão de serafinas e saetas, que viria mais tarde a ser substituído por Tomas Mahar; Jorge Disher, mestre de tosar e prensar, que viria, posteriormente, a ser substituído por Jorge Shepherd e este por Lourenço Kenna e Diogo Reating, mestre estambrador. Todos eles eram pagos através da Junta do Comércio. Faltava ainda contratar Jeremias Mahony, mestre tecelão de camelões e tripes, considerados estes uma "*nova espécie de géneros*" (Dias 1962: 179-181; 224-225). Em 1763, a Junta do Comércio nomeia o irlandês Pedro Bray para mestre geral e o guarda-livros da sua própria Contadoria, Pedro António Avenente, para acompanhar aquele à Covilhã e passar a seguir de perto a evolução da Fábrica. Em fevereiro de 1767, é contratado o francês Nicolau Douvaux, mestre estambrador e que tece drogues, apesar de, em agosto do mesmo ano, o Administrador, Paulino André Lombardi, considerar que pouco sabia relativamente às competências com que se apresentara. Refere, igualmente, que encomendou a construção de uma prensa, de uma urdideira e de um engenho de torcer a João Hegrethijs (Dias 1962: 179-181).

Todavia, em 9 de dezembro de 1767, o mesmo Administrador irá relatar à Junta do Comércio que quase todos os mestres contratados apresentavam muitas deficiências de formação, revelando mesmo limitações na prática da própria especialidade, situação de que se excetuaría o mestre cardador, João Siríaco. Refere ainda que alguns deles, devido

a diversas faltas cometidas foram mesmo castigados, nomeadamente, Henrique Bramford. Considera ainda que alguns deles, apesar de sabedores, devido ao consumo excessivo de álcool, têm criado diversos problemas na Fábrica, como Diogo King [Reating]. A falta de um mestre pisoeiro fazia-se então sentir, propondo ele a contratação de Manuel Roiz Fortuna (Dias 1962:197-198). Em 6 de Abril de 1769, viria a ser contratado o irlandês Nicolau Meagher, como mestre pisoeiro, apesar deste, desde 22 de junho de 1768, já se encontrar na Covilhã.

A EDIFICAÇÃO DA MANUFATURA ESTATAL

Em 15 de Setembro de 1763, Pedro António Avenente subscreve um relatório circunstanciado visando o desenvolvimento da indústria de lanifícios na Covilhã, dirigido à Junta do Comércio, intitulado *"Informação particular relativa aos panos da Covilhã e seus distritos que servem para o fardamento das tropas de Sua Magestade que Deus guarde"*, que viria a ser complementado ainda por uma outra *"Informação geral dos Lanifícios da Covilhã e dos seus distritos"* (Dias 1962: 155 e 158-159). No primeiro destes documentos, identifica a capacidade instalada e a produção da Covilhã nos seguintes termos:

"(...) Na dita vila da Covilhã se contam mais de oitenta teares e mais do que noventa nos seus distritos, singularmente nas vilas de Teixoso, Manteigas e Belmonte e podendo-se tecer em cada tear, por cada mês, quatro peças de pano de 40 côvados por peça, segue-se o número de oito mil cento e sessenta panos por ano, que fazem côvados 326.400, e a seis côvados por farda 54.400 fardas".

Na segunda informação, e de acordo com um conjunto específico de fatores que evidencia, defende que a Covilhã será, a nível nacional, o local mais indicado para a produção de panos finos, desde que venham a ser aplicados os preceitos recomendados pelos mestres Pedro Bray, da tecelagem, e Bernardo Rodriguez, da tinturaria. Considera ainda que não bastará a contratação de mestres especializados para se resolver o problema diagnosticado relativamente à falta de qualidade da produção da Covilhã, atendendo ao facto de os fabricantes locais não disporem de capital suficiente para lhes garantir o pagamento dos salários. De entre as várias medidas que preconiza, defende a necessidade urgente da construção da nova fábrica, nos seguintes termos:

"o único e mais certo expediente para introduzir em Covilhã esta nova arte e a pouco e pouco comunicá-la às terras do Reino que tenham prerrogativas da dita vila (...) é o que V. Mercês não deixarão de indicar no fim das ditas instruções, isto é, de erigir uma Fábrica, em que com todo o dinheiro que for preciso se metam todos os engenhos e instrumentos necessários (...) se mandem das Praças do mar (...) os materiais para as tintas; se sustentem com bons ordenados os mestres que já temos e mandem vir os que faltam, como são um tirador de estambre, um mestre para fazer cardas à moda de Inglaterra e França e um pisoeiro (...) se faça uma casa ou se aumente a que já está feita para o tinte, ao pé de duas fontes e perto de uma ribeira, com armazéns para os materiais, com pisões e com as respectivas casas para os teares, para as tesouras, para as prensas e para guardar os panos, e enfim se principie a fabricar tecidos de primeira qualidade (...)".

Em 26 de Janeiro de 1764, através de uma Resolução Real, determina-se que o contrato feito com a Mesa da Administração dos Fardamentos estabelecida na Covilhã, por Provisão Régia de 11 de agosto de 1759, passe para a inspeção da Junta do Comércio, tendo esta, para poder dar-lhe sequência, nomeado para administradores dos fardamentos, Paulino André Lombardi e Francisco Rodrigues de Assis, a quem foram dadas as

orientações necessárias. Uma das primeiras medidas propostas pelos novos administradores foi a do tabelamento do preço dos panos dezochenos em 480 rs o côvado, conforme fora fixado pelo Regulamento de 1690, com a finalidade de evitar o desvio das lãs de melhor qualidade para os panos mais finos e de preço superior, restando só as de menor qualidade para a produção dos fardamentos. Defendiam ainda que lhes fossem atribuídas prerrogativas idênticas às detidas pelo Juiz Conservador ou Superintendente das Fábricas das três Comarcas, Guarda, Covilhã e Pinhel, competindo-lhes a eles a aplicação do selo de qualidade das fazendas, propondo que passassem, igualmente, a beneficiar dos privilégios concedidos aos administradores da Real Fábrica das Sedas. Só em 9 de maio de 1769, estas prerrogativas vieram a obter parecer favorável por parte da Junta do Comércio, datando a aprovação régia de 19 de junho do mesmo ano (Dias 1962: 201-203). Em 1770, Paulino André Lombardi, como Administrador da Real Fábrica passa a vencer um ordenado de 600.000 rs, a que acrescia o vencimento de 400.000 rs pelo desempenho do cargo de Administrador dos Fardamentos. De igual modo, Francisco Rodrigues de Assis, passa a ter de ordenado, como guarda-livros da Real Fábrica, 200.000 rs, e como Administrador dos Fardamentos, 400.000 rs. A Junta do Comércio propõe que este último coadjuve o primeiro e seja nomeado, igualmente, Administrador da Real Fábrica, passando a receber um ordenado.

Ainda em 1764, por alvará de 24 de março, fora criado o Arsenal Real do Exército, bem como o Armazém Geral dos Fardamentos e regulamentado o fardamento das tropas e uniformes do exército, decorrente da reforma do Conde de Lippe. Foi então substituído o uniforme branco, usado até então pelos exércitos das potências católicas, pelo uniforme azul ferrete, por influência do modelo prussiano (Dias 1958: 87-93). A 19 de Junho do mesmo ano, a Junta do Comércio emitia um parecer de justificação da criação da Real Fábrica de Panos da Covilhã, salientando que o Governo aprovara e confirmara as diligências propostas pela Junta visando concretizar o desenvolvimento económico do país, com base no progresso da indústria de lanifícios. Considerava-se que, tendo-se começado por contratar mestres estrangeiros para a fábrica da Covilhã e por construir os instrumentos de trabalho e engenhos necessários ao aperfeiçoamento da produção de tecidos, importava implementar diversas outras medidas, ultrapassando as queixas apresentadas junto do Rei por parte de outras localidades que se sentiam preteridas pelas medidas adotadas, que beneficiavam a Covilhã. Para dar continuidade ao trabalho já realizado, defendia-se como necessário edificar uma fábrica na Covilhã onde pudessem vir a ser instalados doze teares grandes para panos e baetas, quatro pequenos para serafinas, saetas e durantes, para além de se procurar viabilizar todas as condições necessárias à prática das operações de acabamento. Estas eram tradicionalmente realizadas nas diversas oficinas designadas por *tendas*, que incluíam as operações de perchar, tosar, prensar e ramolar. Estimava-se que a edificação da nova obra proposta, para além do imóvel já existente, importaria numa verba de "*quatro contos de reis*", envolvendo exclusivamente os custos da construção.

Considerava-se, igualmente, necessário nomear um diretor geral, a quem deveria ser atribuída uma:

"avultada remuneração ou prémio", um mestre geral e mais quarenta obreiros para os teares, em cujo número se incluía "um mestre tecelão e doze aprendizes; um mestre e seu aprendiz para pisoar e lavar; um mestre e seis aprendizes para perchar, tosar, ramular, etc.; um espinçador; um cirgidor; um dobrador; um carpinteiro e seu aprendiz; quatro homens para escolher a lã; oito para cardar ao potro e dois para espinçar, além das mulheres para cardar encanudado, fiar, aspar, etc."

Preconizava-se ainda a contratação de um mestre estambrador, de um outro tintureiro, com quatro aprendizes e dois trabalhadores, de dois caneleiros e de vinte e cinco fiandeiros de estambre. Do total dos 54 novos trabalhadores propostos, encontravam-se, à data, em exercício, 28. Das mulheres necessárias, já tinham sido contratadas 20 cardadeiras e fiandeiras, considerando-se ser viável o recrutamento do pessoal em falta, atendendo à oferta de trabalhadores especializados que se verificava nesta área. Finalmente, a de 26 de junho, através de uma Resolução Real, era extinta a Mesa da Administração dos Fardamentos e instituída a Real Fábrica de Panos na Covilhã (Dias 1958: 31). Estimava-se então para a construção do novo edifício, uma verba de cerca de um conto de reis, para além da verba destinada à aquisição de um terreno próximo da fábrica e junto à Ribeira para *"a condução das águas e lavagens."*

Admitia-se que, passados cinco anos sobre a implementação destas primeiras medidas, os aprendizes da fábrica estariam em condições de poder iniciar a produção em estabelecimentos próprios, desde que lhes fosse concedido, por parte do Governo, um adiantamento inicial, destinado à instalação dos teares necessários e à aquisição das lãs. Este empréstimo deveria passar a ser cobrado através da produção realizada e vendida ou consignada ao Estado, com a condição de ser-lhes, igualmente, garantida a isenção de impostos, tanto nas importações de produtos necessários à fabricação, como na exportação, desde que a produção obedecesse aos critérios de qualidade regulamentados. Para além dos benefícios decorrentes da isenção de impostos, as medidas preconizadas para os trabalhadores da Fábrica deveriam ainda passar a ser estendidas a todos os fabricantes locais, nomeadamente, no que se refere ao empréstimo destinado à aquisição das lãs e ao custo dos teares. Considerava-se que, deste modo, ainda antes dos cinco anos previstos com a formação dos aprendizes, poderia o Reino vir a beneficiar dos resultados desta política protecionista.

Propõem, igualmente, a exemplo da política aplicada a outras novas fábricas de fundação pombalina, que a isenção de impostos para a nova Fábrica se estenda por um período de dez anos. Defendem ainda a aquisição da totalidade da produção aos fabricantes locais, desde que estivesse garantida a qualidade da mesma. Estimam como necessária ao desenvolvimento desta indústria a disponibilização, por parte do Estado, de uma verba de cerca de vinte e quatro a vinte e seis contos de reis, destinada a constituir fundo de manei necessário à aquisição dos teares e à compra das lãs, viabilizando-se ainda o adiantamento das verbas necessárias para que os fabricantes locais pudessem desenvolver uma produção continuada. Defendem, igualmente, uma mais criteriosa escolha das lãs, de molde a adequá-las ao tipo de pano a produzir, situação que, até à data, não se verificava como devia. Salientava-se que a produção da nova fábrica deveria

privilegiar a fabricação dos panos ordinários e mais que ordinários, destinados ao uso das camadas populares e à exportação para o Brasil, bem como os panos menos que ordinários e baixos, próprios para o fardamento dos criados de pé, apesar de não se excluir a feitura de panos finos.

A Consulta da Junta do Comércio fundamentava *"o novo e mais amplo estabelecimento (...) para se levantarem novos edifícios e novos teares e aparelhos, não só para os panos dos fardamentos, mas também para os panos finos de maior preço e serafinas para forros, debaixo da imediata protecção régia"* (Dias 1962: 161-165). A edificação da Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã prolongou-se por alguns anos. Só em 1769, Paulino André Lombardi, superintendente e administrador da Real Fábrica, viria a obter a aprovação régia para a utilização das pedras da muralha, derrubadas desde o terramoto de 1755, para a construção do edifício. O ato de entrega da pedra, bem como da água da Fonte das Lágrimas e da Fonte Santa foi feito pelos representantes da Câmara da Covilhã aos funcionários régios junto às portas de Altravelho pedindo-se bom senso a estes para que não fosse posto em causa o abastecimento das populações locais (Dias 1958: 102-103).

Em 28 de Outubro de 1767, Paulino André Lombardi enviará à Junta do Comércio o documento intitulado *"Apontamentos da obra de pedraria ordenada para a maior perfeição e segurança do novo edifício, que se intenta (...) "*, bem como a *" Informação geral do edifício que se intenta fazer, para uso da Real Fábrica dos Lanifícios da Vila da Covilhã"*, tendo sido estimado o custo da obra em doze contos de rs (Dias, 1962: 182-188; 189-193). O primeiro destes documentos pode considerar-se da maior importância para poder acompanhar-se o plano traçado para a construção do imóvel. Depreende-se da leitura do mesmo que seria acompanhado do esboço do projeto e das plantas da nova construção. Todavia, estes elementos ter-se-ão desagregado do original e, até à data, por não terem sido localizados consideram-se perdidos. Por este facto, o documento em análise constitui uma fonte imprescindível para a compreensão do projeto arquitetónico da Real Fábrica de Panos. Para além da dimensão das diversas superfícies, apresenta-nos uma descrição tão sucinta quanto referenciada dos espaços em fase de construção. Começa por salientar que, a frontaria da entrada, *"a que chamam o sítio do Chafariz das Lágrimas"*, como, à época, era conhecida a, agora, rua Marquês d'Ávila e Bolama, se estenderia por uma área de:

"301 palmos e a que continua pela parte da Igreja de S. Martinho 245 palmos, advertindo que a frontaria da entrada, tem já feito 111 palmos, e a outra que faz frente ao Senhor da Ribeira 56 palmos; de forma que à dita frontaria principal se deve somente fazer 190 palmos; e à sobredita do Senhor da Ribeira 189, sendo certo porém, que a referida frontaria da parte de S. Martinho e a outra seguinte que cai para a Ribeira, hão-de inteiramente fazer-se ainda por conta de quem arrematar a dita obra".

Através desta pormenorizada descrição, é possível acompanhar o faseamento a que foi sujeita a edificação da Real Fábrica de Panos, entre 1764 e 1767, partindo de uma pré-

existência, reportada a uma antiga tinturaria, na posse da Junta do Comércio, que irá ser integrada na nova construção, como o documento bem salienta:

"Esta obra que dizemos acima a achar-se feita, são as casas apontadas na planta com as letras H. I. e por consequência, o corredor que as divide; porem contudo declaramos que na parede da Tinturaria das Lãs, que faz frente ao mesmo corredor, se deve fazer outra semelhante empena; e que a que está feita na parede da casa da lenha, do cunhal do Senhor da Ribeira deve ser desmanchada, para fazer águas a essa parte, na correspondência de toda a obra. Do mesmo modo, há-de ainda fazer-se por conta do arrematante o tanque de 13 1/2 palmos por 14 que está debuxado no sobredito corredor; e por isso será necessário contá-lo na avaliação, com a certeza que deve ter 18 palmos de alto, macissado até à superfície do lageado; e 8 de guardas, as quais serão somente de duas penas de 4 palmos cada uma em altura."

Facilmente se concluirá que se tratava de um edifício de planta retangular, com 111 palmos por 56, que se desenvolveria na parte da atual fachada mais próxima da portaria principal de acesso à Universidade e no lado menor, na fachada lateral que ladeia a escadaria de pedra de acesso à Calçada do Biribau. Tratava-se da tinturaria e casa da prensa que pertencera ao sargento-mor José Diogo Coutinho e que se mantivera em laboração até 1759, conservando-se, a partir de então, inativa e na posse da Junta do Comércio (Dias 1962: 189-193). Evidências de várias construções antigas marginaram esta fachada, tendo-se mantido algumas delas até aos inícios da reconstrução do imóvel para instalação do Instituto Politécnico da Covilhã, em meados da década de setenta do séc. XX.

Relativamente à construção do tanque de água, bem como a um conjunto de outras referências identificadas nesta memória descritiva, como é o caso das aberturas previstas, das escadarias de acesso, do sistema de canalização e escoamento de águas e das caldeiras referidas poderemos concluir, através da análise às atuais evidências, que a construção se conformou genericamente às especificações técnicas apresentadas no projeto. Relativamente à referência à construção do *"chafariz que se acha debuxado no meio da praça"*, por não ter subsistido, provavelmente devido à remodelação decorrente da ocupação do edifício como Quartel, não é possível aquilatar-se sobre a respetiva configuração.

A identificação dos espaços que deveriam apresentar-se lajeados ou pavimentados em calçada constituem a única indicação que nos permite identificar os espaços previstos na planta, face às evidências ainda conservadas. No projeto, previa-se que fossem pavimentados de calçada as seguintes áreas: o pátio de entrada; a casa do porteiro; a tinturaria dos panos em cor; o corredor de serviço da dita tinturaria e da outra das lãs; o corredor de serviço da tinturaria das dornas; a tinturaria das dornas; o corredor da entrada da casa dos teares; a casa para os teares grandes; a casa para os teares pequenos e a praça de dentro. Quanto aos espaços a ser lajeados indicavam-se os seguintes: a casa para a guarda dos panos do fardamento; a casa para puxar estambre; a casa para o

mestre prensar; a casa para a composição das tintas; a casa para perchas e tesouras; a casa para prensas e a casa para as lãs em bruto.

Através destas indicações, poderemos depreender que todos estes espaços se localizavam no piso zero do imóvel e que as casas pavimentadas em calçada eram as que requeriam um maior apuro construtivo, devido às especificações técnicas decorrentes das atividades a que se destinavam. Presumimos que, no piso superior, se localizariam, para além da Casa da Aprovação e da área administrativa, a Casa do Obrador e as dependências para o alojamento dos aprendizes acolhidos pela instituição, para além de outras de apoio, todas elas assoalhadas de madeira.

O documento permite-nos ainda concluir que a ribeira que margina a Sul o imóvel não aparece identificada pela designação por que passou a ser conhecida, sobretudo desde finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX, como Degoldra ou Goldra, mas reportada à Igreja do Senhor da Ribeira, localizada a poente.

Quanto ao segundo documento referente ao assunto e intitulado *Informação geral do edifício que se intenta fazer, para uso da Real Fábrica dos Lanifícios da Vila da Covilhã*, permite-nos acompanhar, com grande pormenorização de dados, o processo de escolha e aquisição do local para implantação do imóvel, bem como algumas das estimativas de custo previstas para a construção e apresentadas à Junta do Comércio para o efeito.

De acordo com o documento em análise, em 4 de novembro de 1767, haveria dois terrenos suscetíveis de serem escolhidos, apesar de situados em locais muito distintos. O primeiro seria (...) *"onde actualmente se estão fazendo as casas para o pisão"*; o segundo, situar-se-ia *"junto ao edifício em que estão acomodadas as oficinas de tinturaria e a Casa da Prensa, o qual também pertence à Junta do Comércio por desistência que lhe fez o sargento-mor desta vila José Diogo Coutinho"*. A primeira proposta, que não viria a receber a necessária aprovação por parte do administrador da Fábrica, Paulino André Lombardi, que conduziu estas diligências, era a defendida pelos mestres tintureiro e prensor, uma vez que usufruiria das *"águas mais puras para as suas oficinas"* e por *"desejarem alguma solidão para maior expediente dos oficiais nelas empregados"*. Todavia, quando o local foi visitado pelo Administrador, este concluiu que o local, em primeiro lugar, revelava-se:

"demasiadamente distante e por isso muito dificultoso o ajuntarem-se todos os oficiais em horas competentes e só teria lugar quando vizinho ao edifício se construíssem algumas propriedades para a sua residência. Segundo, o ser parte de serra, e por conseguinte trabalhoso e de muito custo o fazer-se uma obra tão dilatada (...); Terceiro, muito húmido, e por isso incapaz de se conservarem as dornas por muito tempo com aquele calor necessário para o seu trabalho. E por fim o não se poder unir ao mesmo edifício a Caixa da Administração e suas pertenças, porque sendo o seu maior objecto a Administração dos Fardamentos, seria impraticável acudirem todos os operários para as aprovações e pagamentos que nelas se costumam fazer."

Duas áreas distintas da localidade são consideradas prováveis para esta primeira proposta de localização, não se dispondo de dados seguros que nos permitam identificá-lo sem reservas. Ou localizar-se-ia no sítio do Pisão Novo, na ribeira da Goldra, ou na ribeira da Carpinteira, abaixo do Sineiro, uma vez que esta última, comparativamente com a da Goldra, apresentava as águas muito menos poluídas devido à menor densidade de estabelecimentos instalados, nomeadamente lavadouros de lãs ou tinturarias. Quanto à humidade que aparece referida no documento ou derivaria de uma menos favorável exposição do empreendimento, por localizar-se a Norte, no caso de tratar-se da Ribeira da Carpinteira, ou por situar-se a montante, no Sítio do Pisão Novo. Relativamente à referência ao isolamento do terreno e à localização do mesmo na encosta da serra, facilmente poderemos constatar que, à data, qualquer das localizações é compatível com a descrição apresentada. Todavia, no caso de tratar-se da localização na Ribeira da Carpinteira, só a jusante se encontrariam instalações fabris ou de apoio, como são os casos do edifício da Caixa da Administração dos Fardamentos e da denominada Fábrica Velha, desde o terceiro quartel do séc. XVII. Considero provável que o primeiro destes estabelecimentos se localizasse no edifício que, posteriormente, terá funcionado como Armazém Comunitário de Lãs, servindo de apoio ao Lavadouro e Estendedouro de Lãs. Deve referir-se a este propósito, que a localização da *Fábrica de Sarjas e Baetas* foi sempre considerada demasiado distante do tecido urbano, situação que justificou a proposta de construção de alojamento para os seus trabalhadores, apresentada ao Conde da Ericeira.

Face aos argumentos invocados no documento em análise, propunha-se que a Real Fábrica de Panos fosse construída no segundo local previsto, atendendo ao facto de se situar:

"quase no meio de todas as oficinas dos particulares fabricantes desta terra, mas ainda porque tem partes de muito mais plaino que o outro e se lhe pode unir quase toda a obra que está feita, sem embargo de que para isso fosse necessário cortar alguma da mesma obra visto haver naquele lugar uma grande cova, que certamente obrigaria a maior despesa".

Trata-se do local onde foi efetivamente implantada, apesar do elevado desnível que foi necessário vencer, através da construção da imponente sapata para assentamento da manufatura estatal. Esta acabou por utilizar a maior parte da pedraria disponível das muralhas da vila, com naturais reflexos no aumento dos custos da obra. Esta escolha terá sido sancionada por todos os diretamente envolvidos na aquisição do terreno, com particular destaque para o próprio Juiz Conservador das Fábricas, o Dr. João da Costa Borges e Azevedo, como foi justificado pelo Administrador. Foi encomendado ao mestre carpinteiro, Bento José da Costa Matos, o projeto geral, com a condição de permitir integrar o *"pequeno edifício que está feito ao outro que se intenta fazer"*. Para o efeito, seria *"necessário desmanchar uma casa em que actualmente trabalham nos sobrados os tosadores, e nas lojas os prexadores, com a prensa, cuja casa (...) faz a maior frente ao sítio da Igreja do Senhor da Ribeira"*. Esta intervenção foi estimada em 183.200 rs, montante a que deveria ainda somar-se a despesa decorrente da necessidade em:

"rebaixar a estrada principal, pois nesta face está inteiramente coberta a loja que serve de tinturaria; e não deve ser só o dito rebaixo no comprimento dos 301 palmos de toda a frontaria, mas ainda dos que forem bastantes para ficar a mesma estrada sem defeito e suave para a sucessiva passagem dos carros e cavalgadas que precisamente hão-de ir a ela para entrarem na vila".

Fica deste modo explicado o corte verificado no adro da capela de S. Martinho, que se prolongava pelo terreiro fronteiro, à mesma cota do que circundava esta capela. A estrada real viria a ser rebaixada em todo o troço que se inicia próximo da atual Biblioteca Geral da UBI e termina junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Esta última foi erguida sob as ruínas da antiga Igreja do Senhor da Ribeira, edificada em 1730. O adro mantém-se atualmente ainda elevado, à cota inicial.

Esta segunda opção implicou, ainda a deslocalização do Chafariz das Lágrimas. Este situava-se, inicialmente, mais próximo da atual entrada principal do Polo I da UBI, apesar de, atualmente, se localizar em frente da entrada principal da Real Fábrica de Panos/Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Este desvio deveu-se à necessidade de se abrir uma nova mina de água e de canalizar as águas abundantes de toda a área para o mencionado chafariz porque, como se refere no documento em análise, *"aquele sítio é de muita água, e promete dar toda a que baste para as oficinas da fábrica"*. Esta constituía uma das vantagens competitivas que terá pesado na escolha do terreno em causa para a instalação da Real Fábrica. Tratava-se de um olival, com cerca de 50 pés plantados, juntamente com um baldio que se encontravam na posse de três proprietários: o terreno de maior área pertencia à Santa Casa da Misericórdia e apresentava algumas condicionantes que dificultavam a desanexação do mesmo. Todavia, considerava-se que esta situação poderia vir a ser ultrapassada com relativa facilidade, através da intervenção direta do monarca ou da apresentação de um requerimento emanado do Desembargo do Paço; o segundo pertencia à Paróquia de S. Martinho e implicava que a aquisição do mesmo fosse requerida ao bispado; o terceiro, de menor dimensão, pertencia a Luís de Macedo que, provavelmente, maior empenho deverá ter demonstrado junto da administração da Fábrica, na venda do mesmo e na preferência pela escolha deste local. Estimava-se para a aquisição do terreno um montante não superior a 100.000 rs. Todavia, a obra implicava ainda a realização de uma terraplanagem, cuja despesa se admitia pudesse vir a ser compensada pela extração da pedra dos afloramentos rochosos existentes no local, que seria aplicado na construção do novo edifício. Os vários desníveis do terreno, tão característicos do acidentado tecido urbano covilhanense, consideravam-se passíveis de ser facilmente regularizados pela aplicação dos entulhos provenientes do rebaixamento da estrada real. Todavia, o valor mais elevado da obra estimava-se que viria a ser aplicado na construção dos muros das frontarias voltadas a Nascente e Sul, devido à necessidade de vencer o acentuado desnível verificado relativamente à cota de implantação da frontaria principal, que seria cerca de metade da altura daquelas.

Foi necessário proceder-se ao lançamento de dois concursos para arrematação da obra de pedreiro, devido ao facto de o primeiro ter ficado deserto. Os valores apresentados no

segundo concurso oscilaram entre os 40.000 cruzados e os 16.000, considerando-se que o último destes valores poderia cobrir os custos de pedreiro da construção, atendendo ao facto de o montante em causa ter sido informalmente apresentado pelo mestre pedreiro João Alvares, que adjudicara já as obras em curso no edifício do Pisão. A este montante, deveria ainda somar-se o valor dos trabalhos de carpintaria, das coberturas e enchimento de paredes, no montante de 10.766.150 rs, a que se deveria juntar a verba de 183.200 rs, destinada a custear quer a demolição das pré-existências anteriormente identificadas, quer o custo do terreno estimado em 100.000 rs, somando tudo um total aproximado de 12.000.000 rs. Esta verba ultrapassava em muito o montante inicialmente estimado pela Junta do Comércio, no valor de 4.0000.000 rs.

A maior dificuldade que se adivinhava para a concretização da obra residia na carência de oficiais de pedreiro em toda a província, admitindo-se poderem vir a ser contratados trabalhadores na Província do Minho. As madeiras necessárias para a obra seriam adquiridas em Alcongosta ou, preferencialmente, no Sarzedo, por este se localizar mais próximo da vila, devendo as telhas ser adquiridas numa das diversas fábricas existentes nos arredores da mesma.

No documento em análise, referia-se ainda que a nova fábrica não disporia de instalações próprias para cardadores de canudo ou encanudado, porquanto se previa ensinar este ofício às fiandeiras, à semelhança do que se praticava nas fábricas da Europa, situação que se admitia poder vir a ser colmatada em simultâneo com o decurso da construção do imóvel. Relativamente à casa dos teares, considerava-se ter sido planificada de molde a que em cada um destes equipamentos trabalhassem dois tecelões, tendo a mesma implicado a previsão de abertura de grande número de janelas, apesar de considerar-se que esta situação só viria a concretizar-se se, no decurso da obra, fosse considerado imprescindível.

Em 12 de Novembro de 1767, os membros da Junta do Comércio fundamentaram, ao Marquês de Pombal, a necessidade de se construir o novo edifício da Fábrica de molde a poder concentrar-se as diversas oficinas necessárias à produção de panos, com a justificação de que os mestres não podiam "*acudir ao ensino de uns e outros aprendizes*" e os oficiais requeriam a presença dos mestres para aprovar as obras que tinham em curso. Desperdiçariam o tempo inutilmente, enquanto não estivessem concentradas todas estas oficinas num mesmo edifício. A proposta apresentada pelo Administrador da Fábrica, Paulino André Lombardi, seria submetida pela Junta do Comércio à aprovação superior, com a informação de que o valor estimado da mesma, num total de 16.000 cruzados, poderia vir a ser reduzido em cerca de um terço pela reutilização da pedraria das muralhas da vila, que se encontravam em ruínas, prevendo-se que o valor da obra pudesse fixar-se em 13.000 cruzados (Dias 1962: 198-199). Quase dois anos depois, em 12 de Maio de 1769, os juizes, vereadores e oficiais da Câmara Municipal, são intimados a entregar a pedraria dos muros arruinados da vila para a construção da Real Fábrica de Panos, através de uma Resolução Real (Dias 1958: 102). Em 8 de Julho do mesmo ano, João da Costa Borges Azevedo e Paulino André Lombardi solicitam à Câmara Municipal uma licença para minar "*na parte em que já se acha descoberta a água da Fonte das Lágrimas*"

e para canalizar a água da Fonte Santa para a Real Fábrica de Panos (Dias 1958: 103). A Autarquia, em 10 de julho, responde favoravelmente à pretensão apresentada, acordando na cedência da pedra das muralhas, bem como na da água tanto do Chafariz das Lágrimas como da Fonte Santa, com a condição de não ser causado prejuízo à população (Dias, 1958: 103). A edificação da Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã prolongou-se assim por alguns anos.

Em 5 de Março de 1770, podia constatar-se que os custos da obra tinham ultrapassado o previsto. A pedra da muralha revelou-se insuficiente, uma vez que grande parte dela fora utilizada no levantamento da sapata que serviu de base ao assentamento da obra. Por outro lado, registava-se a existência de diversas obras a mais não incluídas no projeto inicial. De acordo com a informação dos empreiteiros, datada de 16 de fevereiro de 1770, estimava-se que o custo final das mesmas orçasse os 19.278.320 rs., apesar de estes salientarem que não seria possível garantir " *se haverá diminuição ou acréscimo; porque de ordinário nas obras assim sucede (...)* " (Dias 1962: 228-229).

Em 7 de Fevereiro de 1771, já funcionavam com normalidade, na Real Fábrica da Covilhã, sete oficinas, nomeadamente, a casa dos obradores, a casa de puxar estambre, a casa dos teares, o pisão, as tinturarias, a casa da prensa e tesouras e, mais recentemente, a carpintaria.

Contudo, estas instalações cedo foram consideradas insuficientes para as necessidades decorrentes do aumento de produção, tendo-se iniciado o processo de ampliação, em dois novos espaços manufatureiros. Por decisão régia, datada de 2 de abril de 1770, foi criada a Real Fábrica de Panos do Fundão, tendo a mesma vindo a ser instalada no piso inferior do edifício ocupado pela Autarquia desta localidade. A Real Fábrica do Fundão iniciou a sua laboração em 20 de dezembro de 1770, vocacionada para a produção de camelões e saietas, tendo passado a estar sob orientação do lente da Aula do Comércio, Alberto Jacqueri de Salles. Uma vez que os artigos produzidos dependiam da fiação de estambre em que se especializara a Escola de Fiação da Real Fábrica instalada nesta localidade, foi facilmente justificada a criação desta manufatura no Fundão. Por sua vez a Câmara do Fundão cedeu as instalações para o efeito e a Covilhã à data não dispunha de mão-de-obra disponível, conforme foi justificado (Dias 1962: 233-234).

Quase vinte anos depois, por resolução régia de 26 de abril de 1790, foi aprovada a construção de um novo edifício, na Covilhã, destinado à tecelagem, aproveitando a parede fronteira da Real Fábrica, onde se encontra inscrito o Chafariz das Lágrimas. A primeira destas ampliações ocorreu ainda durante a fase da intervenção estatal, que decorreu entre 1764 e 1788, quando a Real Fábrica de Panos, enquanto manufatura de Estado, era administrada diretamente pela Junta do Comércio.

A última ampliação ocorreu já sob a administração da Sociedade das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre, após a privatização da mesma, realizada através de um contrato de exploração adjudicado a uma sociedade constituída por diversos acionistas lisboetas com interesses no Contrato dos Tabacos, de que se salientam António José

Ferreira, Jacinto Fernandes Bandeira, Luís Machado Teixeira, António Francisco Machado e o barão de Quintella, Joaquim Pedro Quintela, mantendo-se todavia sob a supervisão da Junta do Comércio. Foi então decidido edificar:

" (...) em todos os 670 palmos de comprimento da muralha que é de V. Mag^e e fica fronteiro ao edifício da Fábrica da Covilhã um coberto e casa de 52 palmos de largo e 14 de alto, tendo por esta força área para 110 teares largos e para outras acomodações, que são necessárias e hão-de vir a ser precisas, não havendo embaraços para a dita construção do que dever fazer-se compra de um quintal que há para Nascente da mesma muralha, sendo o outro terreno também próprio de V. Mag^e (...) " (Dias 1962: 368-370 e 1965: 478-479).



Fig.1

Panorâmica parcial da área sul da Covilhã, próxima da ribeira da Goldra, vendo-se à direita, os dois edifícios da Real Fábrica de Panos: em primeiro plano: o edifício de construção pombalina e, em segundo plano, sobranceiro a este, a casa dos teares edificada pela Sociedade das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre; no centro, à esquerda, observam-se diversos edifícios fabris de particulares e, em primeiro plano, o complexo da extinta Fábrica do Rato, de que sobressai a imponente chaminé. Reprodução de postal ilustrado, de finais do séc. XIX.

Esta Sociedade viria ainda então a edificar o arco de ligação entre os dois edifícios. Em 1804, já tinha construído uma nova *"casa de tinturaria para dornas, próxima do Real Edifício pelo lado do Poente"*, bem como uma outra *"casa para a parte da ribeira no fim do alpendre, sob o grande paredão do edifício virado para Sul, que serve de grudadouro com porta para Nascente (...)";* *"outra casa soalhada no saguão entre o morro de S. Martinho e*

o Real Edifício e tem um portado (...) para a casa do grudadouro (...), para além de "vários assentos de râmolas" e de "um assento para grudadouros encostados ao real edifício para a parte Sul", bem como outras dependências (Dias 1962: 383-385). Para além destes novos edifícios, importa ainda referir outras instalações especializadas, construídas em espaços próprios, como é o caso dos vários imóveis que, ao longo do tempo, serviram de Pisão (Dias 1962: 371; 1965: 479).

A PRODUÇÃO MANUFATUREIRA DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Na *Real Fábrica*, o sistema de produção manufatureiro era misto, caracterizando-se pela concentração das operações de ultimação e tingimento e pela coordenação, em regime de produção dispersa, das operações de preparação e tecelagem. Estas últimas eram normalmente realizadas ao domicílio e a fiação e a cardação eram distribuídas pelas “*escolas*” de Alpedrinha, Casteleiro, Castelejo, S. Gião, Penalva, S. Vicente, S. Miguel e Penamacor, adstritas à *Real Fábrica da Covilhã* e pelas do Alcaide, Alcongosta, Castelo Novo, Donas, Fundão, Souto da Casa e Valverde, dependentes da *Real Fábrica do Fundão*, que seria instalada em 1771.

Identificada como fábrica modelo, concentrava as várias operações de fabrico. Juntamente com a Real Fábrica do Fundão, destinaram-se-iam a funcionar como “*escolas, aonde se formassem vassalos uteis e industriais*” (Silva 1955: 354). Tratava-se de demonstrar o papel assumido pela *Real Fábrica de Panos* no controlo da encomenda dos fardamentos para o exército. Quando a *Real Fábrica* não conseguia atender a todas as encomendas feitas pela Junta do Arsenal do Exército, procedia-se à distribuição de trabalho pelas fábricas e oficinas da Covilhã, garantindo-se assim a laboração de outras unidades. De forma a controlar a origem da produção, os tecidos fabricados por particulares eram marcados com as letras F.P., correspondente a *fabricante particular*, enquanto que as da manufatura real eram identificadas pelas letras R.F. A manufatura estatal, projetada para se transformar num polo dinamizador da indústria local, destinava-se a concentrar as várias operações de fabrico, assim como a incentivar a melhoria da qualidade da produção local, pela prestação de serviços que exigiam instalações e equipamentos adequados, bem como técnicos especializados e que a fabricação particular não comportava. Para além de funcionar como escola de aprendizagem, era ainda a instituição responsável pela certificação da qualidade dos panos produzidos, realizada na Casa da Aprovação, uma sala que funcionava no piso superior do edifício. Através da prestação de serviços de apoio aos fabricantes locais, sobretudo nas operações mais especializadas da tinturaria e dos acabamentos dos tecidos, procurava-se fazer face à concorrência inglesa, que urgia combater. Uma estrita regulamentação de natureza administrativa e técnica espartilhava, contudo, o funcionamento da manufatura. A compra e escolha da lã merecia redobrada atenção. Grande parte dela era proveniente do Alentejo, sendo adquirida, sobretudo, em Elvas e Campo Maior. Era comprada suja, ensacada com a marca R.F. (Real Fábrica), sendo conduzida, em carretas, através de Vila Velha de Ródão até à Covilhã. Em períodos de crise, a lã podia ser adquirida em Marrocos, como se verificou em 1780 (Dias 1962: 91-92). Após a escolha, as lãs eram lavadas e colocadas em tulhas numeradas, iniciando-se seguidamente o trabalho de preparação do estambre.

Era na “*casa do obrador*” que residiam, em regime de rigoroso internato, “*doze aprendizes [...], seis rapazes e seis raparigas, de idade de oito até doze anos*”. Dava-se prioridade à recolha de órfãos pobres e abandonados, a quem se disponibilizava alojamento, alimentação e vestuário, durante o período da sua aprendizagem. Após esta fase eram obrigados a permanecer neste regime por mais seis meses, para compensar, através do trabalho, o investimento com eles despendido ou os prejuízos causados. Os rapazes eram

ensinados a fiar à roda, a cardar e a estambrar e as raparigas a fiar à roda, sendo contabilizada diariamente a produção realizada, que se pautava por um horário tão rígido quanto pesado.

Em 1774, de acordo com a “*Relação das pessoas empregadas ao Serviço das Reais Fábricas de Sua Magestade nesta vila da Covilhã e Fundão, matriculadas em seus respectivos empregos até ao último de abril*”, podemos concluir que a grande maioria dos trabalhadores da Real Fábrica (82,4%) era natural da Covilhã. Dos estrangeiros, sobressaíam seis irlandeses, um inglês, um italiano, cinco espanhóis, dos quais quatro naturais de Béjar, localidade com a qual a Covilhã mantinha estreitas relações industriais, e um de Guadalajara (Dias 1962: 266-271).

Os dados constantes do documento intitulado “*Resumo das Fazendas manufacturadas na Real Fábrica da Covilhã, desde o seu estabelecimento até 31 de dezembro de 1787*”, permitem-nos confirmar o seguinte. A laboração da fábrica, durante um período de vinte e quatro anos de atividade, desde o seu início, em 1764, até finais de 1787, caracterizou-se por uma forte intervenção estatal. Foram produzidas 17.688 peças de pano, 163 cortes de pano, 94 peças soltas, 8.337 serafinas, 1.442 drogues, 696 duquesas, 123 casimiras, 669 silésias, 1 estofo, 5 camelões, 3 tripes e 2 baetilhas. Merece destaque a produção de serafinas, apesar de só terem começado a ser fabricadas no terceiro ano de laboração da fábrica. Para além desta produção, a “*Junta do Comércio mandou manufacturar fora da Real Fábrica (da Covilhã) para animar os particulares, e para introduzir as manufacturas nacionais*”, entre 1765 e 1778, mais 5.823 peças (1.961 panos, 916 baetas, 2.314 serafinas e 632 baetões) (Dias 1962: 322-323). Assim, de 1764 a 1787, foi coordenada pela Junta do Comércio a produção, na Covilhã, de 23.511 peças de pano, valor que nos permite calcular uma média anual de 979,6 peças.

Ao longo deste período, a evolução da produção dependeu de um conjunto variado de fatores, dos quais se salienta: a maior ou menor diversificação dos géneros produzidos; as normas emanadas pela Junta do Comércio e a capacidade dos administradores para as aplicar; os métodos de administração aplicados; as orientações dos mestres das oficinas e ainda a maior ou menor facilidade na aquisição das matérias-primas.

Poderá considerar-se, contudo, que a produção global da fábrica terá ficado aquém das expectativas apresentadas nos estudos que antecederam a sua edificação. Se compararmos a sua produção com a da Real Fábrica de Portalegre, que se iniciou dez anos mais tarde e viria a estar sob a mesma administração que geria as da Covilhã e Fundão, verificamos que, num período de 13 anos, entre 1774 e 1786, a totalidade da produção atingiu as 18.272 peças, valor que nos permite estabelecer uma média de produção anual de 1.405,5 peças. O desfasamento verificado entre as duas manufaturas terá seguramente radicado nas diferentes dinâmicas empresariais existentes nestas localidades. Na Covilhã, os fabricantes locais, apesar dos contratos estabelecidos com a Junta do Comércio e dos adiantamentos das verbas recebidas, que lhes permitiam financiar a produção própria, davam prioridade a esta, procurando eximir-se, com frequência, aos prazos acordados para a entrega dos panos dos fardamentos. A Real Fábrica de Portalegre não sentiu esta pressão e terá beneficiado de uma melhor coordenação e do

aprofundamento da experiência da Junta do Comércio, resultante do acompanhamento que foi exercido sobre a da Covilhã (Matos 2008: 247-252).

A *Real Fábrica da Covilhã* ressentia-se ainda do facto de se alicerçar na confiança depositada na preparação dos mestres estrangeiros contratados, que se provou não corresponder às expectativas criadas, não só a nível da preparação e do desempenho, como da adaptação às novas funções e até às novas condições de vida. Foram frequentes os conflitos dirimidos no interior da fábrica, envolvendo administradores, mestres e operários. Por outro lado, da Junta nem sempre chegaram, em devido tempo, as orientações e ditames necessários. Os administradores, pouco preparados, tanto ao nível técnico como da gestão de pessoal, e demasiado absorvidos pelo trabalho administrativo e burocrático, ter-se-ão limitado a gerir o quotidiano, sem autonomia nem flexibilidade. Todavia, relativamente a Paulino André Lombardi e Francisco de Assis, havia informações na Junta do Comércio, resultantes de diversas queixas formuladas por diversos mestres estrangeiros, de que acompanhavam mais diretamente os negócios próprios do que os da Real Fábrica. O primeiro, juntamente com a mulher, promovia a produção de tecidos para os fardamentos, na quinta onde habitava. O segundo encontrava-se associado à aquisição e venda de produtos tintureiros importados de Castela (Dias 1958: 78-83).

Paulino André Lombardi, que viria a falecer de febre catarral, em 28 de janeiro de 1782, foi incriminado pela gestão que realizou, tendo os bens herdados pela viúva e por um sobrinho desta, António José Bernardes Gameiro, falecido em 8 de Maio de 1800, sido sequestrados para pagamento das dívidas, num total de dois contos cento e quarenta e dois mil e novecentos e um reis (Dias 1962: 317, 419, 467). A quinta onde viveu Paulino André Lombardi e onde, juntamente com a mulher, geriu um empreendimento destinado à fabricação de tecidos para os fardamentos do exército, localizava-se no sítio do Gameiro, à Fonte Nova, e viria a ser integrado no património municipal.

No reinado de D. Maria I, do conjunto das providências tomadas visando o desenvolvimento da indústria, salienta-se, em 1777, a criação da *Real Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres* e a privatização da administração das fábricas reais, com privilégios, por um período de 10 anos, de que sobressaem as da Covilhã. A *Relação das Fábricas de 1788*, para além de viabilizar uma análise da atividade da *Junta do Comércio*, possibilita igualmente uma comparação entre a política industrial do Marquês de Pombal, quando existiam 86 oficinas fabris, e os anos subsequentes do reinado de D. Maria I, durante o qual chegaram a laborar 263 *fábricas*, mostrando o florescimento industrial pós-pombalino (Dias 1955c: 1-92). O termo *fábrica* surge então ainda como um conceito lato, vago e impreciso. Encontra-se associado ao local onde se processa a concentração dos instrumentos e dos métodos de trabalho, sob um mesmo teto e uma mesma direção e onde se realizam todas ou algumas das operações de transformação visando a obtenção de um qualquer produto. A sua lenta clarificação acompanha o aumento e diversificação da produção.

AS INOVAÇÕES TÊXTEIS CONTEMPORÂNEAS DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Ao longo do séc. XVIII, em França e Inglaterra, registaram-se diversas inovações tanto na fiação como na tecelagem, tendo sido completadas com a mecanização do apisoamento dos tecidos. Assistiu-se então à aceleração de uma vaga de inovações tecnológicas no domínio dos têxteis que tiveram eco em Portugal, tendo a Junta do comércio contribuído para sensibilizar o Governo para a necessidade da introdução de muitas delas na indústria nacional. De igual modo, assiste-se a uma acentuada emigração de mão-de-obra especializada e excedentária daqueles países em resultado da mecanização implementada, registando-se em Portugal a entrada de um número significativo de técnicos têxteis que se predispunham, mediante condições, a introduzir no nosso país as mais recentes inovações têxteis. Esta situação explica a relativa facilidade da contratação dos mestres estrangeiros para a Real Fábrica de Panos da Covilhã.

Até cerca de 1740, a fiação era realizada com a aplicação da roda de fiar, conhecida em Inglaterra conhecida como "*roda de Jersey*". No entanto, passou a conhecer-se uma roda alternativa a esta, "*a roda da Saxónia*", uma roda giratória de dupla banda, em que o fuso girava a maior velocidade, numa proporção de 8 para 6. Todavia, em 1738, Lewis Paul e John Wyatt de Birmingham tinham já patenteado a "*Roller Spinning machine*" e o sistema de bobine volante aplicados na fiação de algodão, usando dois rolos a trabalhar a diferentes velocidades, vindo a mesma a ser transposta para a fiação de lã. Igualmente, em 1738, John Kay registou a patente da invenção da lançadeira volante do tear manual, o que permitiu um incremento de produção da tecelagem de cerca de 50%. Em 1742, Lewis Paul e John Wyatt edificaram uma fábrica em Birmingham onde introduziram os novos equipamentos de fiação que inventaram, mas acionados "a sangue", por jumentos, experiência que não resultou, tendo encerrado em pouco tempo. Contudo, no ano seguinte, numa nova fábrica edificada em Northampton, com 50 fusos instalados em 5 máquinas de fiação do modelo de Paul e Wyatt, registou um maior sucesso, tendo a mesma fábrica trabalhado até 1764. Em 1745, o primeiro tear completamente mecanizado ficou a dever-se a Jacques de Vaucanson, um engenheiro francês, que se baseou no trabalho desenvolvido nesta área, na cidade de Lyon, por Basile Bouchon e Jean Falcon. Em 1748, Lewis Paul inventou uma máquina de cardar manual, que esteve na origem da que viria a ser patenteada por Richard Arkwright e Samuel Crompton, embora o projeto tenha sido suspenso após um incêndio na fábrica de Daniel Bourn, em Leominster (Hereford), que usava já então os fusos das máquinas de fiação de Paul e Wyatt. No mesmo ano, Bourn produziu uma patente similar.

Entre 1760 e 1764, em Inglaterra, o trabalho fabril industrializado estava verdadeiramente a iniciar-se. A dita Revolução industrial inglesa foi "*em alguns pontos, contemporânea da segunda metade da governação pombalina*" (Macedo 1982: 107-108). Assistiu-se então ao desenvolvimento da "*Spinning Jenny*", praticamente em simultâneo por James Hargreaves e Thomas Highs. Tratava-se de uma máquina de fiar rotativa que permitia a um único artesão fiar oito fios de uma só vez, garantindo uma produção três a seis vezes mais rápida. Tecer e fiar passaram a poder equiparar-se em velocidade e eficiência. Em 1769, Richard Arkwright regista a patente de invenção da "*Waterframe Spinning Machine*"

e, no ano seguinte, mecaniza o processo da fiação do algodão numa nova fábrica edificada para o efeito. Importava agora estender a inovação tecnológica verificada na fiação e tecelagem às operações de apisoamento, tendo em vista a mecanização de toda a fileira.

De todas estas inovações, chegavam informações à Junta do Comércio e ao Governo, trazidas por técnicos têxteis estrangeiros que procuravam trabalho em diversos centros industriais da Península Ibérica. Disponibilizando-se a contribuir para a necessária modernização da indústria nacional, prometiam frequentemente intervenções especializadas que vinha posteriormente a verificar-se não possuírem. Alguns destes casos paradigmáticos tiveram por cenário algumas das contratações verificadas na Real Fábrica de Panos.

A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DO APISOAMENTO E A INSTALAÇÃO DO PISÃO DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Com a finalidade de encorpar os tecidos saídos do tear, mergulhavam-se, tradicionalmente, num banho de argila (gredas), potassa e, frequentemente, urina, apesar das proibições regulamentares, sendo seguidamente calcados pelos pisoeiros, que os pisavam, ao longo de vários dias, com os pés, calcados em socos de madeira.

Era este o processo utilizado pelos romanos, devendo sublinhar-se que, em Roma, atendendo ao elevado número de pisoeiros existentes, estes já se encontravam agrupados em *Collegia* ou *Sodalitia*. (Oliveira e Galhano 1960: 8). A existência de pisões no atual território português remonta ao período da dominação romana de acordo a lápide do Museu da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, encontrada na Freguesia de S. Miguel das Caldas de Vizela, dedicada por Flaco, pisoeiro, ao Génio Laquiniense. (Oliveira e Galhano 1960: 9). Na Idade Média, assiste-se à difusão dos primeiros equipamentos mecânicos de apisoar, tendo-se a mesma generalizado na Europa, a partir do séc. XVI. Na Covilhã, desde o séc. XV, que se conhecem referências ao surgimento de oficinas de apisoamento, nas margens das ribeiras que lhe ladeiam o tecido urbano, a Sul, a Goldra, conhecida, desde o séc. XVII, como a ribeira dos Pisões (Dias 1958: 44) e, a Norte, a Carpinteira, onde os pisões só passaram a instalar-se a partir do último quartel do séc. XVII, após a edificação da *Fábrica de Sarjas e Baetas Conde da Ericeira*.

Os pisões eram, inicialmente, equipamentos rudimentares, constituídos por maços de madeira. Paulatinamente, vieram a transformar-se em instalações próprias, os moinhos-pisão, passando a ser movidos pela força humana ou pela energia hidráulica. Atendendo ao carácter fixo que passaram a apresentar e ao investimento inicial que pressupunham, propiciavam aos proprietários destas oficinas a obtenção duma renda fixa. Por esta razão, os pisões, bem como as tendas e os tintes constituíram, na Covilhã, as primeiras unidades empresariais de tipo capitalista. Com a mecanização do apisoamento, passou a ser dispensado um elevado número de trabalhadores.

Os moinhos de mós circulares caracterizam-se pela existência de um eixo motriz linear, vertical ou horizontal. Todavia, a maior parte dos restantes engenhos hidráulicos caracteriza-se pela capacidade técnica de transformar o movimento rotativo em movimento linear de vai vem, através do veio de excêntricos, como é o caso das bombas de vácuo hidráulicas, dos moinhos de pólvora e de papel, dos martelos de ferreiro hidráulicos, dos foles hidráulicos e do pisão hidráulico. Este último pode ser considerado, seguramente, o engenho com eixo de excêntricos mais difundido na Europa.

O termo "*pisão*" designa não só o imóvel como o equipamento nele contido, destinado ao apisoamento dos tecidos em *cherga* ou *encherga*, isto é, os panos em peça que saem do tear. As profusas referências toponímicas, no território nacional, a pisões, demonstram a dispersão destes equipamentos por todas as regiões do país. Conforme salienta Veiga de Oliveira, os edifícios dos pisões, normalmente situados afastados das localidades por necessitarem de se localizar junto dos cursos de água, são geralmente de pequenas dimensões e de grande rusticidade (Oliveira e Galhano 1960: 57-59). A evolução da

tecnologia dos pisões encontra-se associada ao surto das inovações têxteis em curso, em França e Inglaterra, a partir de meados do séc. XVIII, vindo a ser substituído, a partir de inícios do séc. XIX, por novos equipamentos metálicos, os batanos, que passaram a ser acionados por energia hidráulica e por energia a vapor, a que se seguiu a produzida por motores elétricos.

Em Portugal, a par dos batanos, que vieram a ser instalados nas fábricas de lanifícios, manteve-se, praticamente, até à atualidade, o modelo tradicional do pisão de maceira, de pancada horizontal, generalizado na indústria rural, quando se consumia sobretudo pano de burel aplicado na confecção do vestuário e os cobertores e mantas de pastor utilizados como agasalho doméstico e profissional. Em Maçainhas de Baixo, concelho da Guarda, na empresa *Artur Freire (Fábrica de Cobertores Artur Freire)*, encontra-se ainda instalado e em funcionamento um pisão deste modelo, que era comum em todo o concelho e na área da serra da Estrela (Pinheiro 2009: 787-788).

Na fig. 2 apresenta-se um idêntico, do mesmo concelho e dedicado à mesma atividade (*Pisão da Canalha, Trinta, Guarda*), cuja representação gráfica resulta do levantamento e caracterização deste tipo de pisões, levados a efeito por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, na segunda metade do séc. XX (Oliveira e Galhano 1960: 32). Da investigação que sobre esta temática ambos realizaram foi possível definir a existência, no território nacional, de dois tipos de pisão de maceira: o de pancada horizontal e o de pancada vertical. Estes pisões de maços, de sistema tradicional, quando trabalhavam, produziam um enorme ruído, como é o caso referido a Alenquer: "(...) ouvia-se em toda a vila, e que por causa do seu barulho verdadeiramente infernal, foi depois substituído" (Henriques 1902: 180).

O equipamento do pisão é geralmente constituído por três peças fundamentais: a roda motriz e o eixo, com as palas; os malhos ou maços, com a respetiva armação e a tina ou maceira de madeira onde se mergulham os panos. É ainda equipado por uma caldeira, com a respetiva fornalha, para aquecer as águas dos banhos; uma pia para as *gredas* ou argilas utilizadas nos banhos para absorver as gorduras da lã; uma mesa ou sarilho para serem encartados ou dobrados os panos e por várias caleiras para condução das águas para o interior do edifício. Em determinadas circunstâncias, o imóvel pode comportar, igualmente, perchas e cardas, sobretudo nos pisões dedicados ao acabamento das mantas serranas. As rodas hidráulicas utilizadas eram semelhantes às dos engenhos de azeite. Quanto aos maços, apresentavam-se, genericamente, suspensos de uma armação que se elevava sobre a maceira, para produzir um movimento de pancada horizontal nos panos mergulhados nos banhos (Oliveira e Galhano 1960:17-19).

Quando os maços se localizavam atrás da maceira funcionavam verticalmente. Veja-se a fig. 3, referente ao Pisão Rio Teixeira (Arões, Cambra), um dos poucos pisões de pancada vertical, localizados sobretudo na área da serra do Caramulo (Oliveira e Galhano 1960: 37-41).

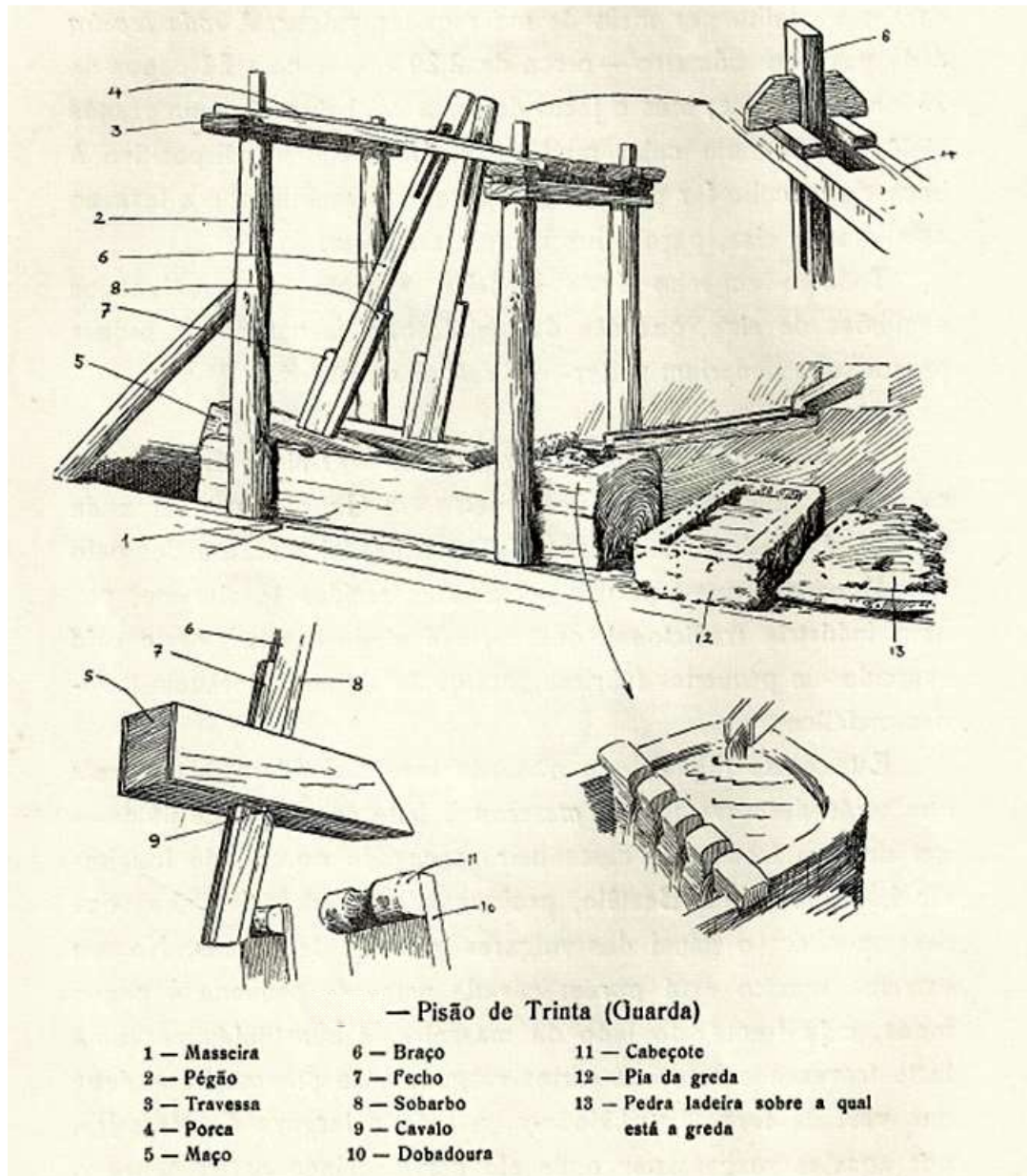


Fig.2

Pisão da Canalha (Trinta, Guarda)

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Pisões portugueses. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p. 32.

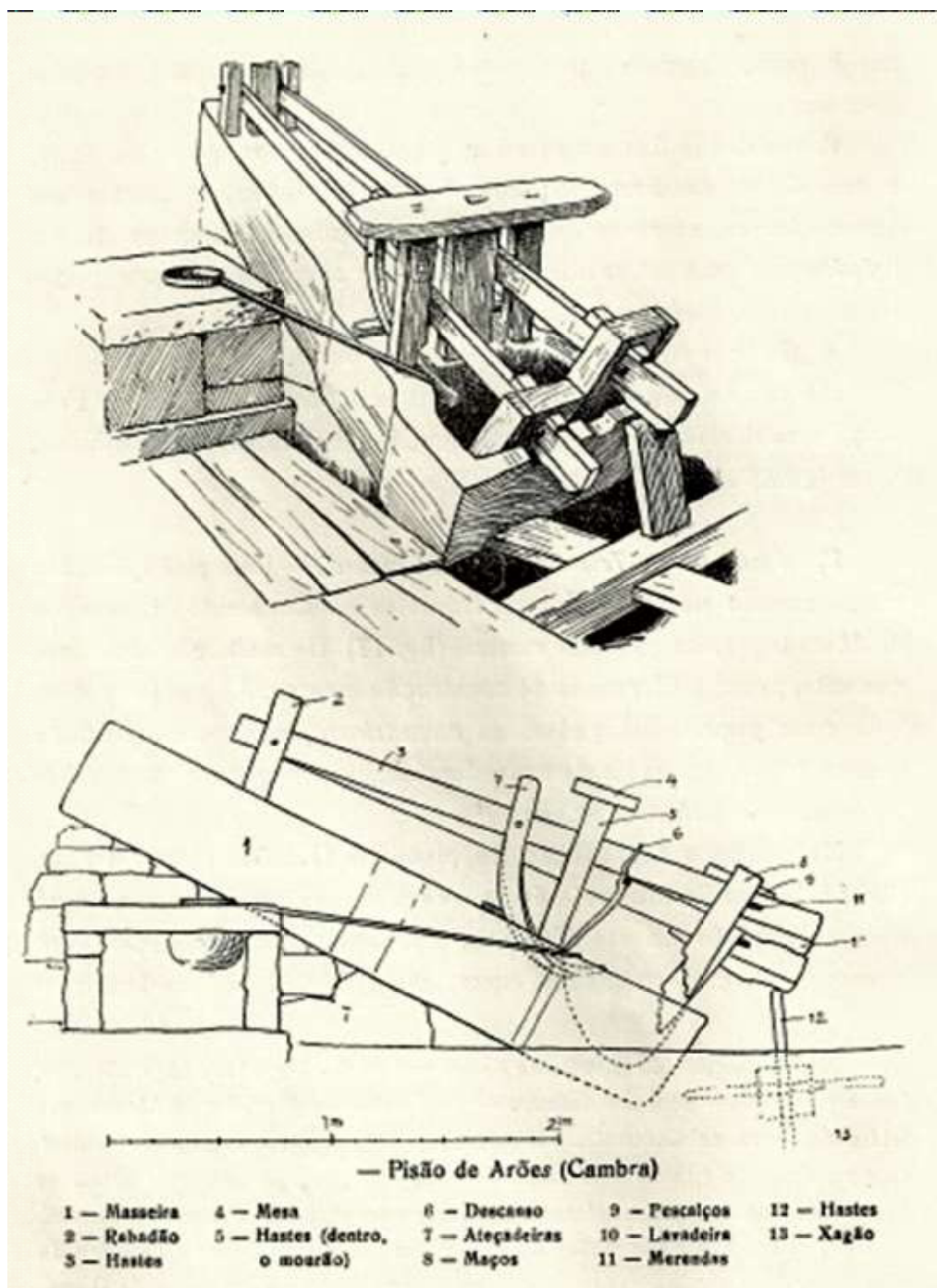


Fig.3

Pisão do Rio Teixeira (Arões, Cambra)

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando- Pisões portugueses. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p.40.

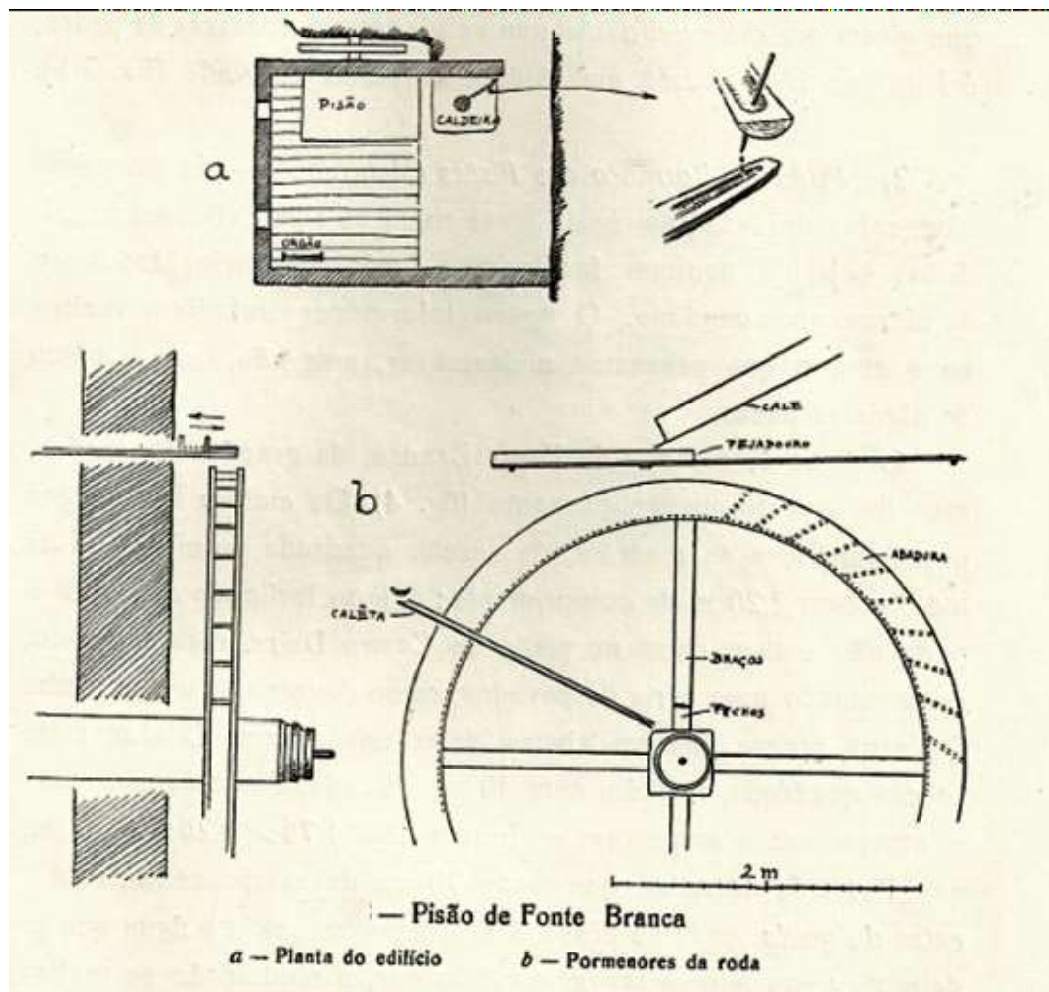


Fig.4

Pisão de Fonte Branca (Castro Daire), com planta do edifício e pormenores da roda

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Pisões portugueses*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p. 23.

Como podemos observar na fig. 4, a planta do *Pisão de Fonte Branca (Castro Daire)*, remete-nos para um edifício de base quadrangular. O equipamento do pisão propriamente dito, em madeira de carvalho, considerado por Veiga de Oliveira como o maior pisão português que teve oportunidade de conhecer, localiza-se junto à parede interior recuada, mais próximo da fornalha onde se aquece a água, bem como da caldeira e da roda. Esta última, com um diâmetro de 3,60 m, de propulsão vertical, é composta por cinquenta copos, sobre os quais cai a água conduzida por uma cale.

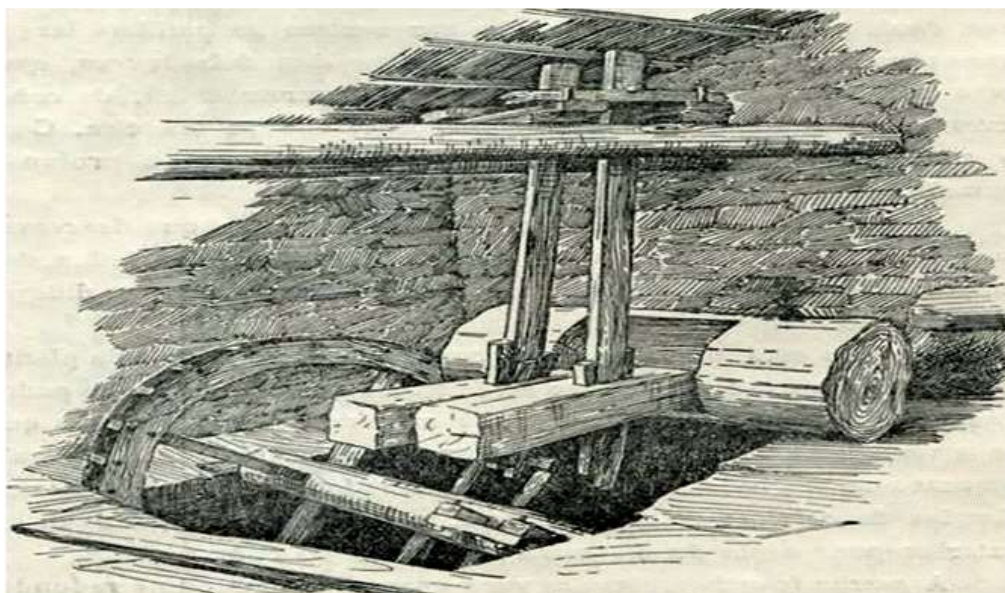


Fig.5

Pisão do Félix (S. Julião, Bragança)

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Pisões portugueses*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p. 34.

Como pode observar-se na fig. 5, o *Pisão do Félix (S. Julião, Bragança)* apresenta a particularidade de ter instalada a roda hidráulica, de 2 m de diâmetro, na parte inferior do equipamento e dentro do imóvel, sendo impulsionada pela passagem da água, a um nível inferior. Trata-se de um modelo corrente na região leonesa e em outras regiões de Espanha, mas menos vulgar em Portugal (Oliveira e Galhano 1960: 34-35).

Relativamente à introdução das novas tecnologias de apisoamento na Real Fábrica de Panos, importa salientar que, desde 1764, que a Junta do Comércio defendia, como indispensável, a construção de um edifício próprio para a instalação do pisão, atendendo à recente inovação verificada neste domínio preconizando-se o novo modelo inglês, que viria a substituir o modelo catalão do pisão de maceira tradicionalmente utilizado no nosso país:

" (...) Não menos se faz preciso, o competente edifício, e próximo à fábrica, para um pisão com os seus aparelhos, os quais presentemente se formam com outra e diferente invenção das que usavam até agora. Avalia-se que toda esta despesa importará um conto de reis, pouco mais, ou menos, e como é indispensável, que este ministério tenha a proximidade do rio para a facilidade da condução das águas, e lavagens, será preciso que V. Mag.^e se sirva de mandar fazer pronto, por compra, o terreno que se achar mais próprio" (Dias, 1962: 162-163).



Fig.6

Panorâmica do conjunto fabril do Sineiro, na ribeira da Carpinteira. Postal ilustrado. Ed. da Agência Literária e Tabacaria Central, nº 9.

173

Data de 26 de Setembro de 1766, a escritura de compra do terrado destinado à construção da "Casa do Pisão" da Real Fábrica. Se a localização proposta para o efeito, de acordo com a *"Informação Geral do edifício que se intenta fazer, para uso da Real Fábrica de lanifícios da Vila da Covilhã"* (Dias, 1962: 189-193), datada de 4 de Novembro de 1767, tiver ocorrido na Ribeira da Carpinteira, veja-se a fig.6, que nos apresenta uma panorâmica do local onde se poderá ter erigido a mencionada construção e que, à data, se encontrava desprovido de parte dos edifícios fabris que atualmente o circundam e que vieram, posteriormente, ali a ser construídos ou ampliados. A casa do Pisão localizar-se-ia no único imóvel que dispunha de duas chaminés brancas tronco-cilíndricas, de pequeno porte, aparecem identificadas nas figs. 7 e 8 (Pinheiro 2009: 527, 533-534 e 538 e Mapa 22). Andaria a ser construída, em 4 de novembro de 1767, e poderia ter integrado o espaço onde veio a instalar-se a fábrica de Valério Gomes Correia & Irmão, identificada pelo nº 7 do Mapa 22 referido, vendo-se ao lado do mesmo um conjunto de ruínas onde se localizaram as duas casas onde poderia ter funcionado o pisão da Real Fábrica. No mesmo Mapa, identifica-se pelo nº 11 o Lavadouro, Estendedouro e Armazém de Lãs Comunitário, onde admito ter funcionado, em meados do séc. XVIII, o Armazém dos Fardamentos.



Fig. 7

Casas do presumível Pisão da Real Fábrica, ao Sineiro, na ribeira da Carpinteira. O edifício foi integrado no complexo fabril de *Valério Gomes Correia & Irmão* repartido pelas ribeiras da Goldra e Carpinteira.

A Junta do Comércio começou por contratar para a Real Fábrica de Panos um mestre pisoeiro irlandês, Nicolau Meagher, que terá chegado à Covilhã, em 22 de junho de 1768. Tratou-se então de construir um novo edifício para o pisão, que só terá ficado pronto a funcionar, em 8 ou 9 de Março de 1770. O contrato de Nicolau Meagher garantia-lhe um vencimento de 800 rs. por dia, montante de que o mesmo se viria, mais tarde, a queixar, atendendo à especialização que possuía e ao trabalho que teve que desenvolver para pôr a funcionar aquele engenho, do qual apresentou previamente o respetivo modelo, tendo acompanhado a construção do imóvel e do próprio engenho (Dias 1962: 224-225 e 346). Em 18 de Julho de 1791, a Junta do Comércio propõe a aprovação régia da construção de duas novas casas de pisões, de acordo com a planta enviada para o efeito pelos administradores das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre, tendo a mesma vindo a ser aprovada em 27 de Julho (Dias 1962: 371-372).

Esta planta, cuja reprodução fotográfica se dá a conhecer na fig. 9, apesar do estado de conservação não permitir uma leitura integral de toda a informação, constitui a única representação conhecida reportada a espaços ocupados ou pertencentes à Real Fábrica de Panos, de acordo com as referências sobre este assunto, até à data, publicadas.



Fig.8

Sineiro. Ruínas da Casa do Pisão da Real Fábrica, onde veio a ser inscrita uma construção em cimento armado destinada a tanque de água, para abastecimento da firma *Álvaro Paulo Rato*. 2008.

Sob o título geral de *"Planta para duas casas que se intentam fazer por conta da Sociedade das Reais Fábrica da Covilhã e Fundão, ao cimo do Pizão actual e próprio da Real Fábrica da Covilhã"*, representa esquematicamente o traçado referente a três imóveis. No interior destes, é possível vislumbrar o esboço de três equipamentos de apisoar de maceira, de pancada horizontal, podendo, igualmente, ver-se com alguma nitidez o esboço de duas das três rodas acopladas aos mencionados imóveis. Cada um dos imóveis, bem como diversos elementos constituintes da mencionada representação, são identificados por uma legenda e pelas respetivas indicações gráficas que se pretendem sinalizar e que passo a transcrever:

- A- Casa do Pizão actual desta Real Fábrica
- B e C – Ditas que se intentam fazer para o mesmo fim, em seguimento do actual Edifício de (...) [ilegível]
- D- Planta baixa de cada uma das ditas duas casas
- E - Xagão para o trabalho das rodas e condução das Águas (xagão concerne a chumaceira da roda hidráulica)
- F e G – Figura das mesmas rodas (...) [ilegível]
- H – Condução das Águas com que trabalha o Pizão actual
- I – Tanque para apoio (...) [ilegível]

A primeira questão que se nos coloca é a de localizar as evidências para que o documento reporta. Uma análise mais circunstanciada ao mesmo afasta a possibilidade de se tratar do edifício do pisão localizado na ribeira da Carpinteira, atendendo à disposição verificada relativamente a cada um dos imóveis representados na mencionada planta. A existência de documentos vários referentes à aquisição de um pisão e um prazo na ribeira da Goldra, apesar do desfasamento temporal verificado, constitui um elemento que auxilia a provável hipótese de localização deste empreendimento. Na verdade, data de 20 de novembro de 1795, a aquisição do pisão da Gaiola e das mais terras do prazo no sítio da Goldra, de que era foreira, ao Dr. Nicolau Tudela de Castilho, do Fundão, Maria Teresa, viúva de Manuel Gaiola, a quem foram comprados por 400\$000 rs., conforme o teor do documento que se segue (DIAS, 1962: 392):

" (...) Escritura da compra do domínio útil de um prazo de um pisão (...) Dizem os administradores gerais das Reais Fábricas dos Lanifícios da Covilhã e Fundão, que eles estão determinados a comprar por conta da Real Fazenda para os serviços das mesmas fábricas o pisão e as mais terras do Prazo (...) pertencente à casa de Vossa Senhoria de que é actualmente foreira Maria Teresa viúva que ficou de Manuel da Silva Gaiola no preço em que ficou avaliado por morte do dito Gaiola de 400\$000 reis não o querendo Vossa Senhoria para si" [Dr. Nicolau Tudela de Castilho].

Trata-se de um pisão e de (...) " um souto e uns chãos com árvores de fruto com duas moreiras e suas videiras sito tudo aonde chamam a de Goldra, (...) sendo este prazo feito por João Rodrigues Marques e sua mulher Maria Rodrigues desta vila em 16 de Maio de 1707 (...) "

Está devidamente identificado o *Pisão da Gaiola*, bem junto à ribeira, no sítio do *Pisão Novo*, localizando-se a jusante de um dos imóveis que, ainda nos finais do séc. XVIII, serviu de pisão da Real Fábrica e que estará, seguramente, na origem do topónimo em causa, conforme poderá ser verificado no Inventário do património industrial reportado àquela área (Pinheiro 2009: 610).

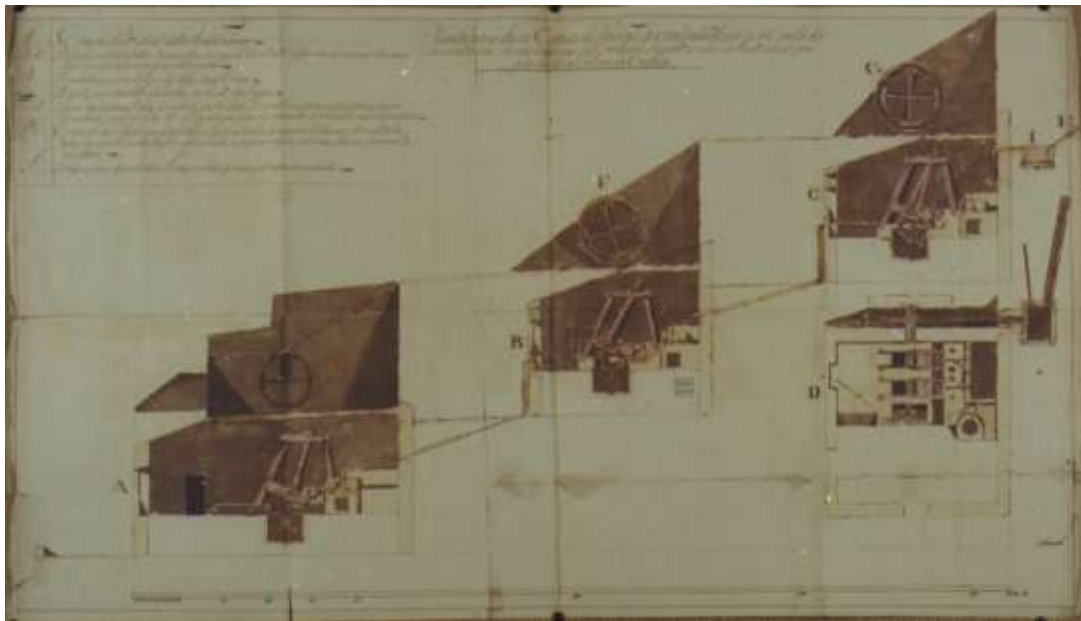


Fig.9

Reprodução fotográfica do manuscrito intitulado "Planta para duas casas que se intentam fazer por conta da Sociedade das Reais Fábrica da Covilhã e Fundão, ao cimo do Pizão actual e próprio da Real Fábrica da Covilhã". AHMOP [1791].

Só uma hipótese se afigura possível, para a localização dos edifícios constantes da *Planta* em análise, de molde a poder ser acompanhado o desnível de terreno acusado na mesma e respeitada a implantação dos mesmos: o imóvel do Pisão Novo, identificado na fig.10, ser o edifício principal do Pisão da Real Fábrica representado nesta *Planta*, enquanto que as duas novas casas a construir para servirem de pisão à Sociedade das Reais Fábricas serem as que se reportam aos pisões localizados na confluência e acima deste e identificados nas fig. 10 e 11, apesar de as mesmas não integrarem o Inventário do património industrial desta área. Quanto ao pisão e prazo adquiridos, posteriormente, a Maria Teresa, viúva de Manuel Gaiola (fig. 12), terão servido para complementar esta obra, atendendo à oportunidade de aquele conjunto poder vir a ser vendido.



Fig.10

Edifício do Pisão Novo da Real Fábrica de Panos, que viria a ser posteriormente integrado no complexo fabril de Valério Gomes Correia & Irmão. 2017.



Fig.11

Edifícios do segundo e terceiro Pisões da Real Fábrica de Panos, mandado edificar pela Sociedade das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre. 2017.



Fig. 12

Edifício do *Pisão da Gaiola*, adquirido pela Sociedade das Reais Fábricas e integrado na Real Fábrica de Panos, vindo a ser, posteriormente, recuperado por António Pessoa de Amorim. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderemos concluir por sublinhar a enorme contribuição da Real Fábrica de Panos para o desenvolvimento económico, social e cultural da Covilhã e de grande parte da Beira Interior. Importa, contudo, fazer uma análise mais circunstanciada à produção realizada por esta manufatura para melhor se poder aquilatar do impacto provocado pela mesma em todo o território, bem como acompanhar a evolução sofrida na passagem da gestão pública à gestão privada e os novos usos que viria a assumir ao longo do tempo.

Os dados carreados constituem uma das aproximações possíveis à compreensão dos múltiplos esforços concitados a diversos níveis visando a implantação desta unidade manufatureira na Covilhã.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Antt, Chancelaria de D. João V, L^o 125, fls.175 v: *Carta de confirmação, emprazamento e aforamento do tinte de pastel, tenda de tesouras, prensa e pisão da fábrica da Covilhã a António Fróis Nunes, por três vidas.*

Antt, *Dicionario Geografico de Portugal*, Ms. Tomo 12.

Antt, Inquisição de Lisboa, Auto 53 cx. 654, proc. 5.334.

Antt, Inquisição de Lisboa, proc. 534 (17 de abril de 1703)

Antt, Inquisição de Lisboa, proc. 5.334 (26 de fevereiro de 1704)

BIBLIOGRAFIA

Aleixo, José Lopes. *Real Fábrica de Panos da Covilhã: arqueologia industrial e reabilitação de uma fábrica pombalina*. Lisboa: Bubock Publishing S.L., 2011.

Dias, Luís Fernando Carvalho (1950). Regimento da Fábrica dos Panos ou Regimento dos Trapeiros de 1690. *Lanifícios* (n^o 1/2, Janeiro/Fevereiro).

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1951^a). " Regimento de 1690", *Lanifícios*, A II, n^o 16, Abril 1951.

Dias, Luís Fernando Carvalho (1951b). Notas e Comentários. *Lanifícios* (A II, n^o 18, junho).

Dias, Luís Fernando Carvalho (1955a). Os lanifícios na política económica do Conde da Ericeira" (n^{os} 47/48, Nov/Dez 1953 a n^o 67, julho 1955).

Dias, Luís Fernando Carvalho (1955b). Memória sobre o estado actual das fábricas de lanifícios da vila da Covilhã, etc. pelo bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva. *Lanifícios*. (n^o 68, agosto e seguintes).

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955c), *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra, 1955. Sep. Bol. Ciências Económicas. Fac. de Direito de Lisboa, vol. 4, N^o 1 (Jan-Abril 1955), pp 1-92.

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1958). Fábricas da Covilhã. *Lanifícios*, pp. 35-48 e 393-394.

Dias, Luís Fernando Carvalho (1958-1974). *História dos Lanifícios (1750-1834) Documentos*. 6 vols. Lisboa: [s.n.].

Dias, Luís Fernando Carvalho (1962). A Covilhan no anno de 1734. *Lanifícios*, nº 145/146/147, 1962.

Henriques, Guilherme João Carlos (da Carnota), *A Vila de Alenquer*, Arruda Editora, facsimile da edição de 1902.

Matos, Ana Maria Cardoso. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Macedo, Jorge Borges (1982). *A situação económica no tempo de Pombal, alguns aspectos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

Oliveira, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando (1960). *Pisões portuguesas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa.

Pinheiro, Elisa Calado (Coord.) (1998), *Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior – Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998 [versões em português e inglês]; *Roteiro do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior: Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, [versões em português e inglês].

Pinheiro, Elisa Calado (Dir.) (2008), *Rota da Lã Translana: Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Do Vol. 1, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Pinheiro, Elisa Calado (Dir.) (2008), *Rota da Lã TRANSLANA: Inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios*. Vol. II. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

P.N.A.A. (1962). Algumas Notas sobre a Covilhã no Anno de 1734. *Lanifícios*, Ano XIII, nº 148/149/150, pp.189-228.

Quintela, Artur de Moura (1899). *Subsídios para a Monographia da Covilhan*. Covilhã, 1899.

Rodrigues, Manuel Ferreira e Mendes, José M. Amado (1999). *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. Mem Martins: Publicações Europa- América, L.da, 1999.

A Sentinela da Liberdade. Covilhã (1865, 23 de julho- a 1868, 16 de abril: nºs 1 a 8; 11, 18, 21, 26; 28 a 30; 37 e 38).

Serrão, Joel (Dir.) (1968), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Lisboa.

Silva, João António de Carvalho Rodrigues da (1955). "Memória sobre o estado actual das fábricas de lanifícios da vila da Covilhã e das causas que retardam a sua última perfeição", 2ª ed., pref. de DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Lanifícios* [revista], Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, A. 6, nº 68-71.